

05/04/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[O último a sair...](#)

[Comissão não divulga resultado](#)

[Na fila para o Ministério da Educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Enem acidentado](#)

[Fim da trégua](#)

[Defesa de 64 irrita militares, que pedem saída de Vélez do MEC](#)

[Ministério Público no TCU quer apuração de efeitos de crise no MEC](#)

[Jovem que passou na faculdade aos 14 ganha direito de continuar estudos](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Inep e gráfica do Enem são suspeitos em licitações](#)

O GLOBO - RJ

[TV Escola vira reduto de olavetes demitidos da pasta da Educação](#)

[PSL tenta impedir debate com presença de Marcelo Freixo na UFRJ](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

["MEC tem sido incapaz de tocar políticas públicas"](#)

[Críticas à gestão de Vélez se espalham entre especialistas](#)

[Incomodados com "guerrilhas" de Bolsonaro, militares tentam mudar estilo do presidente](#)

Revistas

VEJA - SP

[República dos tuítes](#)

[A ideologia paralisa](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Após falhas no Fies 2019, candidatos têm até 12 para concluir a inscrição](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Braço direito de Vélez é mais um demitido do MEC](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Número de exonerações no MEC chega a 18 em pouco mais de três meses](#)

G1

[MEC diz que falha técnica do Fies foi resolvida e prorroga o prazo para conclusão da matrícula para 12 de abril](#)

PORTAL BRASIL

[Programa apoiará implementação da Base Nacional Comum Curricular](#)

PORTAL EXAME

[Mais baixas no MEC](#)

PORTAL VEJA

[Comunismo de sinal trocado](#)

R7

[Entenda os cursos de bacharelado, tecnólogo e licenciatura](#)

Agências de notícias e sites

ANDIFES

[UFMT – Palestra discute família e sexualidade](#)

DIREITO HOJE

CLIPPING



[Isabella Paranaguá é nomeada vice-presidente para Comissão Nacional de Promoção da Igualdade](#)

UEM

[Pró-Reitoria de Pesquisa preocupa-se com déficit no CNPq](#)

UFRGS

[UFRGS lança Programa Institucional de Internacionalização](#)

UFSC

[Escola de Altos Estudos da CAPES 'UFSC-UFV' oferece disciplina e conferência on-line](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ação pede à Justiça que proíba livros na escola com 31 de março sem golpe](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Atenta ao mercado, Engenharia se mantém entre os principais cursos](#)

CORREIO WEB

[MEC exonera assessor especial e chefe de gabinete do ministro](#)

G1

[MEC estuda priorizar a alfabetização no 1º, e não mais até o 2º ano do ensino fundamental](#)

PORTAL ISTOÉ

[Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores](#)

PORTAL VEJA

[Ricardo Vélez está por um triz](#)

[Alfabetização e a geleia geral](#)

TERRA

[Uma em cada três matérias são ministradas por professores sem formação específica, segundo dados](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Culpa por Ricardo Vélez e Ernesto Araújo não é de Olavo, mas de Bolsonaro](#)

[Fala de Vélez em defesa de 64 agrava crise no MEC](#)

[Defesa de 64 irrita militares, que pedem saída de Vélez do MEC](#)

[Vélez não aparece em primeira agenda positiva do MEC](#)

[Ministério da Educação troca chefe de gabinete por militar](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Ditadura revista em livros didáticos](#)

EXTRA - RJ

[Descontos de até 70% em ensino à distância](#)

[Livros didáticos terão revisão do regime militar, diz Vélez](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Estudantes poderão renegociar dívida do Fies](#)

O TEMPO - MG

[MEC quer mudar livro didático para impor versão sobre golpe `Foi um regime democrático de força, disse ele, ao defender mudança](#)

[Corte de verba agrava o quadro da produção científica brasileira](#)

Agências de notícias e sites

NEXO

[Como é a árvore genealógica dos acadêmicos no Brasil](#)

PLANTÃO NEWS

[Palestra discute família e sexualidade no Musear](#)

UFMG

CLIPPING



[UFMG seleciona pesquisadores para bolsas de mobilidade acadêmica financiadas pela Capes](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Mais mudanças mostram enfraquecimento de Vélez; um de seus principais assessores é demitido](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Corte orçamentário de 42% em ciência e tecnologia preocupa entidades](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação quer revisão dos livros didáticos de História sobre o golpe e a ditadura militar](#)

[Assessor especial de Ricardo Vélez no MEC é demitido pela Casa Civil](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Senado aprova auxílio-creche para famílias de baixa renda](#)

G1

[Curso de Estatística da Ufes é o mais bem avaliado no Brasil, aponta avaliação do MEC](#)

[Evasão de alunos em cursos sobe pelo 3º ano seguido e Unicamp planeja ações para reduzir índice](#)

[‘Educação pode mudar o mundo’, diz professor que sofreu Bullying em sala de aula](#)

[Comissão que avalia pertinência de questões do Enem conclui trabalho e não divulga resultado; MPF pede esclarecimentos](#)

METRÓPOLIS

[Assessor do MEC é demitido e amplia enfraquecimento de Vélez](#)

PORTAL ISTOÉ

[Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril](#)

R7

[Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril](#)

TERRA

[Livros devem revisar referências à ditadura, diz Vélez](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

O último a sair...

Chega a 18 o número de baixas no MEC. Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, exonera Bruno Garschagen, assessor especial do comandante da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, e a chefe de gabinete, Josie Pereira, que dará lugar a um coronel da reserva da PMDF

EDUCAÇÃO

A crise no Ministério da Educação teve, ontem, mais um capítulo. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, exonerou Bruno Garschagen, assessor especial do comandante da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez; e Josie Pereira, chefe de gabinete. As demissões foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Em pouco mais de três meses, o número de exonerações chega a 18.

Para a chefia de gabinete foi nomeado Marcos de Araújo, coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal e ex-subcomandante geral da corporação. Não foi anunciado ainda quem assumirá o posto de assessor especial.

O MEC se vê envolto numa briga ideológica e disputa de poder entre militares, técnicos e olavistas — seguidores do astrólogo Olavo de Carvalho, guru do presidente Jair Bolsonaro. Enquanto isso, as políticas educacionais seguem praticamente paradas, sem prazo definido para serem retomadas.

Também ontem, a pasta anunciou a primeira agenda positiva da gestão. Vélez Rodríguez no entanto, não esteve presente. O anúncio foi o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que visa a auxiliar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração e na implementação de currículos alinhados à BNCC. A soma dos valores investidos em 2019 será de R\$ 105 milhões.

Segundo o MEC, a iniciativa está organizada em duas frentes. Uma para educação infantil e ensino fundamental que, em 2019, corresponde à formação dos profissionais de educação e revisão dos projetos pedagógicos; e outra para o ensino médio, referente à revisão e à elaboração dos currículos.

Definição

A diretora executiva do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura, e Ação Comunitária (Cenpec), Mônica Gardelli Franco, ressaltou que o MEC é uma das maiores pastas, envolvendo 2 milhões de professores e 50 milhões de alunos, necessitando de unidade e direcionamentos claros.

“Essa população depende de ações e decisões diretas do MEC. É deles (ministério) o papel de definição de políticas, estratégias e implementação. Temos uma agenda de educação que não é de um partido ou de governo. É da sociedade. O Plano Nacional de Educação (PNE) tem metas que precisam ser alcançadas”, disse. “Quais os projetos, o que será feito? Essas mudanças que ocorrem a toda hora impactam o esforço que a sociedade e a área da Educação fizeram no decorrer dos anos. Até recuperar isso, demora.”

Franco alertou que a falta de especialista em educação na pasta compromete o andamento dos programas. “Quem é especialista em educação consegue avaliar os impactos de tudo o que é proposto ou feito. Não é algo pontual. Faltam técnicos e especialistas que conheçam realmente a área.”

Sobre a BNCC, a diretora afirmou que a disponibilização de recursos para a continuidade da implementação da base deu sinalização de que a proposta tem importância para o governo, mas, no tocante a outros programas, o jeito é aguardar.

“Quais os projetos, o que será feito? Essas mudanças que ocorrem a toda hora impactam o esforço que a sociedade e a área da Educação fizeram no decorrer dos anos. Até recuperar isso, demora”

Mônica Franco, diretora executiva do Cenpec

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Comissão não divulga resultado

A comissão criada em 20 de março para realizar uma “leitura transversal” das questões que constam do Banco Nacional de Itens (BNI) — para montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 — terminou o trabalho no prazo estipulado, mas o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não divulgou o resultado. O argumento é que o BNI tem caráter sigiloso.

O objetivo da comissão foi avaliar se os itens teriam “pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame”. Mas o Ministério Público Federal cobrou esclarecimentos. Encaminhou um ofício ao presidente do Inep solicitando informações sobre a comissão para assegurar que os trabalhos observassem os parâmetros psicométricos, o desenho esperado da prova e a matriz de referência do exame, conforme estabelece a normativa na área.

As questões do BNI são elaboradas por técnicos e especialistas em cada área do conhecimento, selecionados por editais públicos. Após a elaboração, seguem para uma comissão que revisa os itens, de modo a garantir que estejam de acordo com a matriz da prova.

Para o professor Cleyton Hércules Gontijo, da Universidade de Brasília, não cabe a existência de nenhuma outra comissão julgadora além das já existentes. “Acredito que o objetivo dessa comissão é realizar um patrulhamento ideológico das questões sobre itens que podem gerar debate social”, afirma. “As questões do Enem já passam por várias análises técnicas e revisões. Não cabe julgamento ideológico, uma vez que os itens seguem uma matriz, e os conteúdos devem aparecer em questões contextualizadas e atuais, que possibilitem a aplicação do conhecimento.”

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão pediu ao Inep informações sobre os critérios sugeridos nessa avaliação e a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída pelo órgão, mas obteve respostas que foram consideradas vagas. Diante dessas informações, a Procuradoria solicitou acesso às conclusões a que chegou o grupo e às propostas de ajustes técnicos e pedagógicos resultantes da análise. O Inep recebeu prazo de até cinco dias para a resposta, que deve ser acompanhada de toda a documentação pertinente.

Segundo Catarina de Almeida, coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a comissão põe em risco a confiabilidade e a segurança do processo. “Podemos dizer que a comissão não vai analisar conteúdos técnicos, uma vez que apenas três pessoas não têm capacidade para serem especialistas em todas as áreas do conhecimento que o Enem abrange. Imaginamos que seja um crivo de perspectiva ideológica do processo, julgamento e veto de temas”, ressaltou. “A lógica da prova é debater as questões que fazem parte da vida e da sociedade brasileira. Deve abranger todos os temas. O Enem precisa ser uma prova plural e deve também refletir a atualidade.”

* Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

Na fila para o Ministério da Educação

O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) tem a indicação de líderes e parlamentares evangélicos para assumir o Ministério da Educação. Os rumores começaram na

transição e esquentaram agora com o desgaste do titular da pasta, Ricardo Vélez Rodriguez. “Há um apoio, mas não conversei ainda com o presidente Jair Bolsonaro”, afirma Izalci. Se virar ministro, Izalci será substituído no Senado pelo advogado Luís Felipe Belmonte (PSDB), marido da deputada Paula Belmonte (PPS/DF).

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Enem acidentado

Falência de gráfica põe em risco a realização do exame neste ano

Mesmo se o Ministério da Educação atravessasse tempos normais, já seria motivo de preocupação a falência da gráfica RR Donnelley, que desde 2009 imprimia o material do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A bancarrota da empresa ocorre cerca de um mês antes da data prevista para o início dos trabalhos relativos à prova.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/04/enem-acidentado.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Fim da trégua

O ministro Ricardo Vélez (Educação) tirou a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas da inação ao declarar que revisaria livros didáticos que tratam do golpe de 1964. As duas entidades debatem ações contra a nova gestão do MEC.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/05/bolsonaro-zera-jogo-com-partidos-que-esperam-novos-gestos-presidente-pediu-desculpa-a-kassab/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Defesa de 64 irrita militares, que pedem saída de Vélez do MEC

Cúpula fardada concorda com tese de que história é contada de forma parcial, mas acha desgaste inútil

Rio de Janeiro

Numa ironia, a defesa feita por um ministro da Educação de que os livros escolares precisam ensinar que 1964 não registrou um golpe irritou a cúpula militar e pode ser a gota d'água no seu processo de fritura.

A Folha apurou que integrantes da ativa e do núcleo militar do governo Jair Bolsonaro acreditam que a afirmação feita na quarta (3) pelo ministro Ricardo Vélez sobre a narrativa histórica do golpe é apenas uma tentativa dele para manter-se no cargo. Eles farão chegar ao presidente Jair Bolsonaro que a paciência com o ministro acabou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/defesa-de-64-irrita-militares-que-pedem-saida-de-velez-do-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ministério Público no TCU quer apuração de efeitos de crise no MEC

Subprocurador notifica órgão para que analise gestão do ministro Vélez, com possível sanção

Brasília

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União quer que o órgão tome providências para apurar as consequências da atual crise do MEC (Ministério a Educação) no andamento das políticas públicas da área.

A pasta comanda por Ricardo Vélez Rodríguez vive desde o início de março disputa de influência que resultou em mais de vinte mudanças de cargos. Na quinta-feira (4), houve mais duas baixas. A chefe de gabinete Josie de Jesus foi substituída por Marcos Araújo, ex-subcomandante geral da PM do Distrito Federal, e o assessor Bruno Garschagen foi exonerado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/ministerio-publico-no-tcu-quer-apuracao-de-efeitos-de-criese-no-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Jovem que passou na faculdade aos 14 ganha direito de continuar estudos Liminar que garantiu matrícula de Enzo Grechi em curso de automação industrial poderia ser cassada

São Paulo

O estudante Enzo Grechi ganhou notoriedade em julho do ano passado ao ser aprovado, aos 14 anos, no curso de automação industrial da Fatec (Faculdade de Tecnologia) de Tatuí, cidade a cerca de 140 km de São Paulo.

Desde então, vinha cursando o ensino superior, sem deixar de lado a escola, graças a uma liminar concedida pela Justiça que garantiu a sua matrícula —a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que é preciso ter concluído o ensino médio para ingressar na universidade

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/jovem-que-passou-na-faculdade-aos-14-ganha-direito-de-continuar-estudos.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Inep e gráfica do Enem são suspeitos em licitações Educação. Empresa teve contrato anual de R\$ 120 milhões durante uma década. Auditoria técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) observou, em 2018, 'excesso de rigor' nas exigências e solicitou que não houvesse mais prorrogações sem concorrência

A gráfica RR Donnelley, que decretou falência, e o Inep são suspeitos de manobras para a empresa ser a única a imprimir o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) por 10 anos, informa Renata Cafardo. Segundo denúncias, funcionários do Inep operavam o direcionamento da licitação a pedido de representantes da gráfica. Contratos superam R\$ 120 milhões.

A gráfica RR Donnelley, que decretou falência nesta semana, e o Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) são suspeitos de irregularidades que teriam ajudado a empresa a ser a única a imprimir o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) durante dez anos. Segundo as denúncias, funcionários do Inep operavam o direcionamento da licitação a pedido de representantes da RR Donnelley. Os contratos anuais são de mais de R\$ 120 milhões.

Relatório técnico do Tribunal de Contas da União (TCU), a que o Estado teve acesso, recomendou em 2018 que não houvesse “excesso de rigor” na licitação. Isso, no entendimento do TCU, restringia a competição porque apenas a RR Donnelley poderia cumprir as exigências. Também pediu que o contrato não fosse mais prorrogado sem concorrência. O processo ainda não foi julgado.

Esta semana foram incluídas no processo denúncias feitas por uma empresa concorrente sobre um suposto “esquema fraudulento” que agora estaria sendo transferido para outra gráfica, a Valid SA. Ela foi homologada ontem como vencedora de uma licitação para imprimir todos os outros exames do Inep, com exceção do Enem – que continua sem definição de gráfica. O valor do contrato é de R\$ 143 milhões. O processo estava parado na Justiça por questionamento dessa concorrente. A Valid SA, gráfica brasileira referência em impressões de segurança, como cartões de crédito e chip de celular, nega as acusações.

Conhecimento.

As denúncias também chegaram ao conhecimento do ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) Marcos Vinicius Rodrigues, que foi exonerado semana passada após desentendimentos com o ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Por causa disso, em janeiro, ele passou a ter reuniões com representantes da Casa da Moeda. A intenção, segundo o plano de gestão do expresidente, era a de que Casa da Moeda não imprimisse o Enem, mas fizesse todo o gerenciamento do trabalho.

Ex-presidentes do Inep, no entanto, afirmaram que não foram informados sobre nenhum problema envolvendo a gráfica. “Nunca recebi nenhuma denúncia e não acredito que tenha técnicos do Inep envolvidos nisso”, disse a presidente da autarquia durante o governo de Michel Temer, Maria Inês Fini.

A RR Donnelley foi pela primeira vez contratada pelo Inep em 2009, durante o governo Lula, quando a prova foi roubada e cancelada após denúncia do Estado. Depois houve apenas duas licitações, em 2010 e em 2016, ambas vencidas por ela. Após os processos licitatórios, o Inep tem renovado por cinco anos os contratos, limite estabelecido por lei em casos de serviços continuados e em que há “preços e condições mais vantajosas para a administração”. Por causa disso, o Enem seria impresso neste ano novamente pela RR Donnelley. Mas, para o TCU, a renovação não se enquadra na lei. Entre as recomendações da auditoria está que o Inep “se abstenha de renovar contrato”.

Outro questionamento é com relação à comprovação exigida nas concorrências de experiência das gráficas em exames. O material produzido deveria ter as “mesmas características técnicas e as mesmas condições de segurança” do que já foi feito até agora. “Pode-se chegar à conclusão de que somente atenderia às condições do edital empresa que já tenha executado edição anterior do Enem”, diz a auditoria, o que “frustraria, em tese, o caráter competitivo do certame e feriria o princípio da

autonomia”. A RR Donnelley foi a única gráfica a imprimir o Enem desde que ele se tornou um vestibular. Por causa disso, o TCU pede que passem a ser cobradas condições “semelhantes”.

O órgão também questiona a exigência de uma unidade que funcione como um backup caso a principal seja impedida de imprimir o exame. Isso aconteceria em casos de catástrofes ou acidentes que inviabilizassem o prédio. O TCU pede que o governo diminua o “subjativismo” e faça uma “análise de probabilidade de ocorrência de eventos que demonstrem a real necessidade da exigência”.

Nova denúncia.

Segundo denúncia apensada ao processo do TCU feita pela Gráfica Plural na quarta-feira, profissionais da empresa falida agora trabalham para Valid SA e a teriam ajudado a vencer a licitação para os outros exames feitos pelo Inep. Entre eles o ex-presidente da RR Donnelley, Marco Barro, que trabalha atualmente como consultor da Valid SA. O outro seria Amilton Garrau, principal contato da RR Donnelley com o Inep e que participou de vídeos feitos pelo governo em comemoração dos 20 anos do Enem em 2018.

Garrau disse ao Estado que vai processar a Plural pelas “barbaridades sem embasamento”. “Já passei por cinco ministros, seis secretários executivos, estão fazendo isso por conta de uma disputa comercial perdida.”

A Plural havia ficado em primeiro lugar na licitação para os exames do Inep e foi desclassificada por não ter a unidade backup própria. Foi também na Plural que o Enem foi roubado em 2009, mas a empresa não foi responsabilizada pela Justiça. Entre as justificativas do Inep ao TCU está justamente que o rigor é necessário para que não se repita o que aconteceu em 2009.

Procurado, o Inep informou que as “relações contratuais se dão com as empresas, que definem entre os seus funcionários contratados quais os interlocutores junto à autarquia”. “Até o momento, não houve notificação oficial sobre a denúncia mencionada” e que “tão logo seja oficialmente notificado sobre a denúncia serão adotadas as medidas cabíveis junto às instâncias competentes”.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

TV Escola vira reduto de olavetes demitidos da pasta da Educação

Canal de comunicação do ministério, gerido por organização social que também administra a TV Ines, já empregou ao menos três ex-assessores do ministro Ricardo Vélez Rodríguez

Seguidores do ideólogo da direita Olavo de Carvalho demitidos do Ministério da Educação (MEC), em meio a uma disputa interna de poder, foram contratados pela TV Escola. O canal financiado pelo MEC é gerido pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, organização social que recebeu R\$ 92,6 milhões dos cofres públicos federais no ano passado. A TV Escola tem como missão produzir e veicular conteúdos audiovisuais em rede aberta para melhorar práticas pedagógicas.

Ao menos três integrantes do grupo “ideológico” da pasta, os autodenominados “olavetes”, foram empregados pela TV: Tiago Tondinelli, ex-chefe de gabinete do

ministro, Ricardo Vélez Rodríguez; Eduardo Freire de Melo, ex-adjunto do cargo de secretário-executivo; e Rodrigo de Almeida Morais, ex-assessor da pasta.

Exonerado ontem do cargo de assessor de Vélez, Bruno Meirelles Garschagen também poderá ser contratado pela TV Escola. Ele estaria negociando um cargo alto de chefia em Brasília. Garschagen é autor do livro “Pare de acreditar no governo”, de 2015, no qual ele agradece ao hoje ministro, a quem chama de “professor”, e também a Olavo de Carvalho e sua mulher, Roxane Andrade.

Tondinelli, que chefiou o gabinete de Vélez por cerca de dois meses, é advogado. Ele foi admitido na TV Escola para trabalhar na assessoria jurídica. Servidores do MEC afirmam que Tondinelli propagava teorias conspiratórias e falava na necessidade de um setor de inteligência na pasta.

Freire de Melo, que era adjunto do cargo de secretário-executivo do MEC, estava ligado ao grupo ideológico da pasta, apesar de ser militar da reserva. Ele foi demitido em 11 de março. Melo assumiu o cargo de diretor adjunto na TV Escola.

Já Almeida Morais se tornou assessor especial do canal de comunicação. Ele é secretário-geral do PSL de SP e ligado ao deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, que é um dos discípulos mais destacados de Olavo de Carvalho.

A TV Escola justificou as contratações pela necessidade criada a partir de uma “reestruturação do canal e da programação” que está em andamento. “Identificamos algumas áreas que precisam de reforços, como a da educação e a jurídica. Portanto, aproveitamos a oportunidade para absorver esses profissionais”, informou o canal em nota, sem responder qual a procedência das indicações.

Desde o início de março, o núcleo ideológico da pasta, que ganhou cargos por conta da ligação com Olavo, protagoniza uma briga com alas de técnicos e de militares. O entrevero já resultou em mais de uma dezena de demissões e deixou Vélez enfraquecido. Primeiro, o ministro tentou afastar os “olavetes” de cargos estratégicos para tentar dar um tom profissional aos trabalhos.

Olavo foi avisado da operação capitaneada por Vélez e pelo então assessor Ricardo Roquetti, coronel da Aeronáutica e braço-direito do ministro, e foi às redes sociais defender seus seguidores. Recomendou a ex-alunos com cargos no governo que deixassem seus postos. Também pediu a cabeça de Roquetti, demitido por ordem expressa do presidente Jair Bolsonaro.

Depois disso, várias exonerações foram efetivadas, incluindo a de Josie de Jesus, chefe de gabinete, anunciada ontem. Vélez também chegou a divulgar dois nomes para a Secretaria-Executiva, segundo cargo na hierarquia da pasta, mas foi desautorizado pela Casa Civil. Bolsonaro nomeou para o posto o militar Ricardo Machado Vieira.

Além da TV Escola, a Associação Roquette Pinto cuida da TV Ines, com programação em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

PSL tenta impedir debate com presença de Marcelo Freixo na UFRJ

O diretório do PSL em Niterói enviou ao reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, ofício exigindo o cancelamento do debate “É tempo de resistir” que ocorrerá hoje na Faculdade de Direito com a participação do deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ). O político foi convidado a falar sobre a reforma da Previdência.

No ofício, o deputado federal Carlos Jordy (PSL-RJ), presidente do diretório e amigo dos filhos de Jair Bolsonaro, cita a filiação do reitor ao PSOL e afirma que o evento “toma relevo de ilegalidade” por usar equipamentos públicos e ter a intenção de “defenestrar a pessoa do presidente da República”. Para o parlamentar, o evento pode ser considerado propaganda eleitoral antecipada, e o reitor e o deputado deveriam responder por improbidade administrativa.

—Fiquei assustado. Não estamos em ano eleitoral. Sou professor há décadas, convivo nas universidades dando palestras e participando de debates. Eles deveriam estar em uma seita e não em um partido político — disse Freixo.

Para ele, há uma tentativa de interferir na autonomia e ferir a liberdade de expressão nas universidades. Já Jordy afirma que a máquina pública não pode ser usada para propaganda:

— Não sei por que ele está assustado. Freixo vai para uma universidade federal fazer palestra sobre como fazer oposição a Bolsonaro e acha isso normal? Recentemente, ele disse que “cantar hino pode, não pode fazer propaganda política na escola”. Pelo visto, propaganda pode, sim, desde que seja a do PSOL.

Em nota, o Coletivo RUA- Juventude Anticapitalista, que organiza o debate, disse que não vai cancelar o evento. A reitoria da UFRJ afirmou que não participa da organização dos eventos estudantis.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

"MEC tem sido incapaz de tocar políticas públicas"

O Ministério da Educação (MEC) de Ricardo Vélez Rodríguez só é capaz de entregar anúncios ideológicos, descolados dos debates já em curso no setor. A opinião é de Priscila Cruz, presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação, que reúne gestores públicos, empresários, educadores, pais e alunos em prol da educação básica de qualidade gratuita.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6198771/mec-tem-sido-incapaz-de-tocar-politicas-publicas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Críticas à gestão de Vélez se espalham entre especialistas

A fase de tolerância em relação ao Ministério da Educação (MEC) parece ter chegado ao fim. Passados os cem primeiros dias de novo governo, representantes do setor privado e da área pública de ensino estão muito insatisfeitos e já não poupam mais críticas. É unânime a reclamação de que o ministro Ricardo Vélez Rodríguez tem deixado de lado questões prioritárias de educação como políticas públicas e se pautado

apenas numa agenda de costumes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6198773/criticas-gestao-de-vez-se-espalham-entre-especialistas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EU&

Incomodados com "guerrilhas" de Bolsonaro, militares tentam mudar estilo do presidente

O processo de desgaste de Vélz Rodríguez à frente do Ministério da Educação ganhou força após Bolsonaro admitir que as coisas "não estão dando certo" no MEC. Para dar um rumo à pasta, o presidente nomeou o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira como secretário-executivo da pasta. Fontes do Planalto dizem que, apesar de ser o segundo na hierarquia, ele deve ser o responsável pelo funcionamento da engrenagem, de fato.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/cultura/6198421/incomodados-com-guerrilhas-de-bolsonaro-militares-tentam-mudar-estilo-do-presidente>

topo ↕

VEJA - SP - BRASIL

República dos tuítes

Desde que chegou ao Planalto, há pouco mais de três meses, Bolsonaro ultrapassou a marca de 1 500 mensagens postadas nas redes

Nos 100 primeiros dias de Jair Bolsonaro na Presidência da República, acompanhar o que ele, seus filhos e sua equipe escrevem nas redes sociais foi mais relevante — e, em alguns casos, assustador — do que estar a par dos decretos e portarias publicados no Diário Oficial da União. Animados pelos ótimos resultados obtidos com o uso intensivo das redes na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro e companhia continuam a digitar freneticamente comentários, anúncios, explicações, desabafos e uma penca de provocações políticas, coisa tão própria do universo digital.

Desde a posse, em 1º de janeiro, até a última quarta, 3 de abril, o presidente, de acordo com a consultoria Bites, assinou 781 posts no Twitter, uma média de 8,39 por dia. O resultado quase dobra quando são somadas as publicações no Facebook e no Instagram — um total de 1 524 mensagens, o que dá em média 16,3 textos diários. Ele está longe de ser o único, como se sabe: Donald Trump e o israelense Benjamin Netanyahu, pares preferenciais, constam entre os governantes que mais tiram partido da comunicação direta, sem intermediações inconvenientes. Por que tanta preferência? “Falar sem ser interrompido é tentador para os políticos”, diz Marcelo Serpa, professor de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além disso, ali só ouve o contraditório quem quer. Até agora, a família Bolsonaro não postou um único pedido de desculpas ou reconhecimento de algum erro ou excesso. O máximo que faz é apagar um post silenciosamente.

Nestes pouco mais de três meses de governo, não faltaram atritos nem constrangimentos. Um dos pontos mais baixos foi a postagem pelo presidente, durante o Carnaval, de obscenidades gravadas durante a passagem de um bloco pelo centro de São Paulo. Mas seus três herdeiros que seguem carreira política também abusam da cota de problemas nas redes. O senador Flávio, meio ausente do Twitter depois da revelação das

movimentações financeiras suspeitas de um ex-assessor e suas ligações com milícias (fez apenas 66 postagens neste ano), cometeu a gafe da semana: reagindo à decisão do Hamas de protestar contra a visita do presidente a Israel, mandou um “Quero que vocês se EXPLODAM!!!” ao grupo palestino, responsável por longa lista de atentados, inclusive com homens-bomba — assunto que não se presta a trocadilhos.

No início de março, foi a vez de o deputado Eduardo — recordista da família no uso do Twitter, com 1 560 posts neste ano, quase dezessete por dia — extrapolar, ao reclamar da permissão para que Lula saísse da prisão e fosse ao velório do neto de 7 anos: “Só deixa o larápio em voga posando de coitado”, escreveu. Colheu protestos até de seguidores e procurou explicar-se: disse apenas que defendeu a igualdade de tratamento entre outros presos e lamentou a morte da criança. Pelas redes sociais, o vereador Carlos provocou a maior crise do governo — fritou e demitiu o ministro Gustavo Bebbiano. Para além do âmbito familiar, é ainda no Twitter e no Facebook que o chanceler Ernesto Araújo promove sua diplomacia singularmente heterodoxa e que Olavo de Carvalho, mentor dos novos palacianos, compartilha sua desbocada sabedoria: em 1 000 tuítes a partir de 11 de março, foram 107 palavrões.

A busca pela polêmica é intrínseca à lógica das redes sociais do quanto mais barulho, melhor. “Um post que não gera interações é considerado ‘morto’. Daí o estado de tensão permanente, ainda que às vezes o autor precise voltar atrás”, analisa Sergio Denicoli, pós-doutor em comunicação digital e sócio da AP Exata. No governo Bolsonaro, além de manterem a fervura alta, os posts têm servido como máquina de propaganda, embora um levantamento da Aos Fatos, agência de checagem, tenha apurado que, dos 68 anúncios de ações do governo feitos no Twitter, 54% correspondiam a celebrações de obras iniciadas em governos anteriores.

O governo também conta com um exército de robôs. A pedido de VEJA, o laboratório de estudos de rede NetLab, da UFRJ, levantou os perfis que mais apoiaram e passaram adiante mensagens de apoio ao presidente através de hashtags no Twitter entre 21 e 29 de março. A conclusão: dos vinte campeões de postagens pró-Bolsonaro, seis eram claramente robôs e outros nove apresentavam movimentação altamente suspeita. O exército robotizado faz as postagens de Bolsonaro chegar a um público maior que os seus 26,9 milhões de seguidores nas redes sociais. A comunicação direta via internet pode, com o tempo, prejudicar a relação do governo com outros poderes e órgãos de Estado, que se sentirão marginalizados. Diz o cientista político Geraldo Tadeu Monteiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: “Mobilizar as redes sociais em torno de propostas é um jeito de governar típico de quem não tem compromisso com as instituições”. Em resumo, governar é uma coisa, tuitar é outra.

PROIBIDO PARA MENORES

As redes sociais podem representar uma armadilha para qualquer pessoa, principalmente para as figuras públicas, dada a velocidade de disseminação das postagens. Todo o cuidado é pouco. Desde a campanha, no entanto, o time bolsonarista dispensa a precaução e põe fogo no circo, sem medo do exagero. Foi o que aconteceu quando Jair Bolsonaro publicou um vídeo em que homens seminus, sobre uma laje, reproduziam atos grosseiros na passagem de um bloco de Carnaval de rua em São Paulo. Além de chocar, o capitão desencadeou um debate sobre o significado da expressão golden shower. Eduardo Bolsonaro, o Zero Três, atribuiu a confusão à grita dos adversários esquerdistas.

A REINVENÇÃO DA DIPLOMACIA

Em matéria de mundo lá fora, o tom dos tuítes no planeta bolsonarista é singelo e nem sempre se atém à veracidade dos fatos. Essa posição fica nítida nas mensagens aqui reproduzidas. Numa delas, dão-se ares de conspiração mundial ao punhado de nações que apoiam o ditador venezuelano Nicolás Maduro. Em outra, expressa-se encanto com um gesto comum do governo americano de hospedar visitantes estrangeiros na Blair House (pelo menos sete presidentes brasileiros antes de Bolsonaro pernoitaram lá). Quanto ao comentário postado pelo senador Flávio Bolsonaro acerca do Hamas, o grupo palestino que controla a Faixa de Gaza e promove ações terroristas em Israel, o mal-estar superou as expectativas — e o Zero Um decidiu então apagar a postagem, como se as redes sociais não tivessem uma memória implacável.

A FAMÍLIA BOLSONARO

A eminência parda do governo Bolsonaro divide-se em três cabeças, cada uma com sua conta no Twitter: Flávio, Carlos e Eduardo, o Zero Um, o Zero Dois e o Zero Três. Guardiões da pureza de princípios do pai, os três filhos do presidente — na verdade, dois, já que Flávio, enroscado com a Justiça, anda sumido e tem publicado muito pouco na internet — não titubeiam em dar palpites, pressionar e lançar provocações. Desde o início do governo, a ala mais ponderada do Palácio do Planalto — representada sobretudo pelos militares — vem tentando neutralizar a influência deletéria dos filhos, especialmente do Zero Dois. Até aqui, sem sucesso.

A GUERRA DA EDUCAÇÃO

Uma das áreas mais relevantes do governo para o futuro do Brasil, o Ministério da Educação virou uma gafeira, com duelo constante entre grupos de olavetes — seguidores de Olavo de Carvalho, mentor do alto pensamento bolsonarista — e grupos do próprio ministro, Ricardo Vélez, que se aferra ao cargo como pode, prometendo até reescrever os livros de história. A missão dos olavetes no MEC é trabalhar pela restauração dos valores morais menosprezados pelo “marxismo cultural” e insurgir-se contra “militares” e “técnicos” no ministério. O Twitter, enquanto isso, fervilha, como palco de todas as perorações ideológicas.

[topo](#)

VEJA - SP - ENTREVISTA

A ideologia paralisa

A deputada de 25 anos que deu bronca no ministro da Educação diz que vai passar os próximos 4 anos brigando para sacudir o debate sobre o ensino brasileiro

De desconhecida na Câmara dos Deputados, a novata Tabata Amaral (PDT-SP) virou o assunto mais comentado no Twitter ao emparedar o ministro da Educação, Ricardo Vélez, em sua arrastada apresentação no Congresso, na quarta-feira 27. Diante do vazio de ideias do ministro, a deputada de 25 anos disparou: “Isso não é planejamento, mas uma lista de desejos” — e fez o veterano Vélez gaguejar. Egressa de uma família pobre da periferia de São Paulo — a mãe, diarista, e o pai, que morreu em decorrência do vício em drogas, trocador de ônibus —, ela começou sua escalada em olimpíadas escolares na área de exatas, ganhou bolsa em um colégio particular e, de lá, conseguiu vaga nos cursos de astrofísica e ciências políticas na Universidade Harvard. Ao voltar para o Brasil, em 2016, certa de que sua pauta estava na sala de aula, fundou o Mapa Educação, que engaja jovens, e o movimento Acredito, que pretende promover uma renovação política da qual Tabata é, ela mesma, um dos expoentes. Ainda se aclimatando à vida parlamentar, ela falou a VEJA.

No dia de seu confronto com o ministro Ricardo Vélez no Congresso, a senhora já saiu de casa disposta a partir para a briga? Não. A única pergunta que tinha preparado mesmo era sobre as prioridades do ministério. Mas aí ele veio com uma apresentação em PowerPoint sem ideias, sem planos nem metas. Então manifestei minha profunda frustração naquele desabafo. Alguns colegas me parabenizaram depois. Também estavam angustiados.

E a agonia se dissipou? Não. O MEC está paralisado, desorganizado, sem know-how em educação e gestão. Tem muita gente do meio achando que as avaliações feitas pela Pasta, como o Enem, podem atrasar. Além de a gráfica que rodava as provas do Enem ter falido, a comissão formada para analisar o viés ideológico das questões — com a qual, aliás, eu não concordo — nem começou a trabalhar. E olhe que nesse mundo das aferições do ensino o Brasil ganha até destaque no cenário internacional.

O componente ideológico tem emperrado a pauta da educação? Sem dúvida. O melhor exemplo disso é o Escola sem Partido, uma completa perda de tempo em um país em que os alunos não sabem fazer uma conta de fração, não leem nem escrevem direito e não completam o ensino médio. Esses são temas prioritários. A doutrinação política em sala de aula, não. E, para combatê-la quando existe, não adianta cercar a escola, o que é até inconstitucional por ferir o direito à livre cátedra. O Supremo Tribunal Federal já disse, inclusive, que vai barrar qualquer iniciativa nesse sentido. Infelizmente, a polarização ideológica permeia todos os debates.

De que modo essa polarização se reflete no Congresso? Certamente analisamos menos projetos por causa de posições extremadas e contaminadas por ideologia. Elas freiam a pauta o tempo todo. Passamos cinco, seis horas discutindo uma matéria, aí os deputados do campo oposto começam a apresentar vários requerimentos e questões de ordem para encerrar a discussão. São instrumentos previstos em lei, podem ser úteis ao rito democrático, mas colegas mais experientes da Câmara dizem que nunca se abusou tanto desses recursos. É um travando o outro por questões de cunho político, que não têm nada a ver com o mérito do que está na mesa.

“Certamente analisamos menos projetos por causa de posições extremadas e contaminadas por ideologia. Elas freiam a pauta o tempo todo. É um deputado travando o outro”

A pauta da educação anda engolida no meio desse embate? Anda, sim. A educação tem um impacto pequeno na agenda nacional. E, nesses três meses de governo, continuou a ser uma coleção de generalidades, como já se via no programa de campanha do presidente.

Como sacudir o marasmo nesse campo? Para saltar de patamar, é preciso cobrar para valer. E a sociedade ainda faz isso de forma relativa, demandando mais escolas, mas não qualidade. Para os meus pais, por exemplo, estudar era um grande diferencial em relação à experiência que tiveram. E era ótimo que meu irmão e eu tivéssemos chegado lá. Quem não usufruiu um bom ensino dificilmente saberá exigir excelência. Cabe àqueles que tiveram educação fazer isso. Estar em uma posição como a minha certamente pode ajudar. Se a pauta da educação não andar, não haverá desenvolvimento. Temos de acordar logo.

É a classe política que precisa acordar? Ela mesma. Por inépcia do MEC, neste exato momento em que estamos conversando quem lidera a discussão sobre os rumos do FNDE, o principal fundo da educação básica no Brasil, é o Ministério da Economia. Olhe o absurdo: o MEC está lá como convidado. Em 2016, quando eu estava envolvida com o Mapa Educação, pedimos a candidatos à prefeitura de três capitais que gravassem um vídeo tratando de suas prioridades para o ensino. Resposta de um conhecido político que disputava a cadeira em São Paulo: “Educação não é minha área”. Espanta-me como no Brasil as pessoas conseguem se eleger sem se comprometer minimamente com algo tão crucial.

A propósito do financiamento para a educação, o governo federal acaba de anunciar cortes em ministérios, e o mais atingido foi o MEC. Afinal, falta dinheiro na escola? O Brasil tem um nível baixo de investimento por aluno em comparação com outros países, mas também precisa fazer um melhor uso das verbas disponíveis combatendo corrupção e má gestão. Ou seja, trata-se de questão complexa, e não dá para escolher nenhum dos dois extremos e se agarrar a ele. Professor ganha mal para fazer o que faz e poderia ter carreira melhor? É verdade, mas o debate não pode deixar de levantar um ponto central: a formação é equivocada — genérica e teórica demais. Devemos fugir da abordagem superficial de assuntos sérios.

A direita a critica por ser de esquerda, e a esquerda a acusa de ser de direita. Como a senhora se classifica no espectro ideológico? Sou progressista, termo mais atual do que esse rótulo de esquerda e direita de 200 anos atrás. Mas, se formos nos ater a ele, estou no campo da centro-esquerda.

A senhora se apresenta como expressão da nova política, mas saiu candidata pelo velho PDT. Não é uma contradição? Primeiro, não existe um sistema para candidaturas independentes no Brasil. Quando fui escolher um partido, acabei no PDT por me afinar com a linha para a educação. Ajudei na campanha do Ciro Gomes e cheguei a trabalhar em Sobral (cidade cearense campeã em estatísticas da educação, governada há mais de duas décadas pela família Gomes e aliados). Renovação na política não passa por trocar o nome das coisas nem o rostinho no poder, mas por uma mudança de práticas.

A senhora já detectou más práticas neste breve período de mandato? Há uma clara divisão de grupos na Câmara. Alguns deputados estão motivados por causas, como eu com a educação; outros, por demandas locais, no que não vejo problema nenhum. E tem aqueles que fazem as grandes negociações. São mundos paralelos.

E os grupos envolvidos em práticas menos republicanas? Não posso apontar o dedo para ninguém sem ter evidências.

O PDT se posicionou contra a reforma da Previdência tal como está posta. A senhora já se manifestou inúmeras vezes a favor de uma reforma. É uma situação desconfortável? Não. Se alguém se assusta por eu apoiar uma reforma da Previdência, não acompanha o que digo e escrevo, portanto não há desconforto nenhum. Sou a favor, sim, de uma mudança, mas vejo fragilidades graves na proposta do governo no que tange a pessoas mais vulneráveis, como aposentados rurais e professores. Estou estudando o tema. E vamos apresentar alternativas, ponto a ponto, objetivamente. Não dá mais para fugir desse debate. O Brasil precisa encará-lo.

Qual sua avaliação sobre a política externa do governo Bolsonaro, que está sob forte influência dos Estados Unidos? Como cientista política, acho que o Brasil se colocava em uma posição muito interessante para seu tamanho e relevância: prezava a neutralidade e a mediação de conflitos. Preocupa-me que o país deixe essa tradição e comece a escolher um lado. Vejo com precaução a postura de seguir cegamente os Estados Unidos. A gente tem uma economia diferente, sela negócios com países distintos. O que faz sentido para americanos não necessariamente faz para brasileiros.

“Colegas da Harvard competiam por vagas no governo. Queriam trabalhar na Casa Branca. Aqui, eu ouvia: ‘Você é mesmo candidata?’. Achavam que não era para mim”

Algumas pessoas a têm comparado a Alexandria Ocasio-Cortez, a democrata que representa a novidade à esquerda na política americana. Já lhe ocorreu o paralelo? Eu me identifico com o fato de ela ser uma pessoa comum, sem um sobrenome que a tenha alçado àquele lugar, e agir de forma independente quanto ao posicionamento ideológico. Não é só um rosto novo para inglês ver.

O que ouviu quando decidiu entrar para a política? O primeiro choque veio antes, quando resolvi me concentrar em ciências políticas e deixar a astrofísica como um curso secundário. Sentenciaram: “Você está comprometendo o seu futuro”. Queria encontrar uma maneira de aplicar meus estudos para evitar que se repetisse a trajetória de tanta gente com quem convivi e que acabei perdendo para a violência e as drogas, como meu próprio pai. Daí a educação, daí fazer política pública. Engraçado que meus colegas da Harvard competiam pelas melhores vagas no governo. Queriam trabalhar na Casa Branca. Aqui, todo mundo me questionava: “Você é mesmo candidata?”. Achavam que a política brasileira não era para mim.

O presidente do PDT, Carlos Lupi, ventilou seu nome como potencial candidata à prefeitura de São Paulo nas eleições do ano que vem. A ideia lhe agrada? Parece-me muito cedo para qualquer conversa nessa direção. Reitero meu compromisso de exercer os quatro anos de mandato na Câmara, honrando os votos que recebi.

Estranham a presença de alguém tão jovem no Congresso? Muito. Nos primeiros dias, os guardas me barravam, perguntavam onde tinha achado aquele pin (que funciona como crachá). “A senhora não é deputada estadual?”, um deles quis saber. Depois vieram as questões dos deputados mais velhos. “Você é de alguma família Amaral?” Não. “É herdeira de empresa?” Não. “É casada com alguém importante?” Não. “Então o que essa menina está fazendo aqui?” Trabalhando.

[topo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Após falhas no Fies 2019, candidatos têm até 12 para concluir a inscrição

Estudantes ainda continuam sem saber quando poderão começar suas graduações

Apesar de ter sido reformulado, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) continua apresentando problemas. Diante disso, o Ministério da Educação (MEC) prorrogou até 12 de abril o prazo para os estudantes selecionados concluírem a inscrição no sistema. No mês passado, esse prazo já havia sido prorrogado até 11 de março.

Inicialmente, o edital previa o período entre 26 de fevereiro a 7 de março, para a fase de complementação da inscrição, que é quando os estudantes apresentam documentos

mostrando que preenchem os requisitos para participar do programa. Entretanto, os estudantes que se candidataram para o financiamento se queixam de problemas com a DRI (Documento de Regularidade de Inscrição), que impacta diretamente nas matrículas da chamada regular e, conseqüentemente, gera atraso na lista de espera do programa.

A princípio, os candidatos relataram que o Ministério da Educação (MEC) apenas se pronunciava dizendo que a sua equipe de Tecnologia da Informação estava analisando o problema. O MEC também diz não reconhecer o erro na chamada da lista de espera e que a mesma está rodando normalmente. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informou que foi identificado um problema sistêmico e, em nota divulgada nesta segunda-feira (01), informou que casos de erros ou problemas no sistema podem levar o MEC ou os bancos operadores do programa a prorrogarem o prazo de conclusão da inscrição até 30 de junho.

Sem financiamento

José Jonatas, de 18 anos, está em busca de realizar o sonho da primeira graduação. Desde quando pegou a DRI para realizar o aditamento, foi ao banco quase todos os dias, sem êxito. “Meu dados nunca são encontrados”, contou decepcionado. Na última semana, o estudante recebeu uma mensagem informando que precisaria imprimir um novo documento e levar novamente ao banco. “Estou conseguindo assistir as aulas, porque a faculdade permitiu. Já estamos entrando em semana de prova, quero resolver logo isso para não continuar sendo prejudicado”, contou o estudante de Odontologia.

A situação de Patrícia Fernandes, de 27 anos e também estudante de Odontologia, é um pouco diferente da de Jonatas, mas não menos angustiante. Patrícia está na lista de espera do Fies e se encontra diante de vários obstáculos. Além de precisar esperar que o problema dos estudantes pré-selecionados na chamada regular seja solucionado, ela também contou que a lista só iniciou de fato no dia 23 de março, sendo que no cronograma o prazo inicial era o dia 27 de fevereiro.

topo 

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Braço direito de Vélez é mais um demitido do MEC

O Ministério da Educação (MEC) sofreu mais uma baixa em seu alto escalão. Bruno Garschagen, assessor especial do ministro Ricardo Rodríguez Vélez, foi demitido do cargo. A exoneração foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira e assinada pelo chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM).

Garschagen era considerado braço direito de Vélez e muito próximo ao guru de Bolsonaro, Olavo de Carvalho. O assessor ficou na função por dois meses, tendo sido nomeado em 30 de janeiro. Ele é formado em Direito, tem mestrado em ciências políticas e é autor de um livro intitulado "Pare de acreditar no governo". O MEC ainda não anunciou um novo nome para o lugar de Garschagen.

Também foi demitida nesta quinta-feira a chefe de gabinete do MEC. Josie de Jesus era ex-funcionária do Centro Paula Souza, em São Paulo. Ela ficou menos de um mês no cargo, com nomeação publicada no dia 11 de março.

No lugar dela, o MEC anunciou o nome de um militar. Marcos de Araújo, ex-subcomandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal e professor da Academia dos Bombeiros de Brasília. Ele entra na pasta uma semana depois de o também militar

Ricardo Vieira Machado assumir como secretário executivo, a posição número 2 do MEC.

No último dia 26 de março, o professor Marcus Vinicius Carvalho Rodrigues foi demitido do cargo de presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A demissão ocorreu após o anúncio de que a avaliação da alfabetização não seria realizada este ano, mas apenas em 2021. O MEC voltou atrás e revogou a medida que definia o adiamento. A não aplicação foi criticada por especialistas.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Número de exonerações no MEC chega a 18 em pouco mais de três meses
Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, exonera Bruno Garschagen, assessor especial do comandante da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, e a chefe de gabinete, Josie Pereira, que dará lugar a um coronel da reserva da PMDF

A crise no Ministério da Educação teve, ontem, mais um capítulo. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, exonerou Bruno Garschagen, assessor especial do comandante da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez; e Josie Pereira, chefe de gabinete. As demissões foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Em pouco mais de três meses, o número de exonerações chega a 18.

Para a chefia de gabinete foi nomeado Marcos de Araújo, coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal e ex-subcomandante geral da corporação. Não foi anunciado ainda quem assumirá o posto de assessor especial.

O MEC se vê envolto numa briga ideológica e disputa de poder entre militares, técnicos e olavistas — seguidores do astrólogo Olavo de Carvalho, guru do presidente Jair Bolsonaro. Enquanto isso, as políticas educacionais seguem praticamente paradas, sem prazo definido para serem retomadas.

Também ontem, a pasta anunciou a primeira agenda positiva da gestão. Vélez Rodríguez no entanto, não esteve presente. O anúncio foi o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que visa a auxiliar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração e na implementação de currículos alinhados à BNCC. A soma dos valores investidos em 2019 será de R\$ 105 milhões.

Segundo o MEC, a iniciativa está organizada em duas frentes. Uma para educação infantil e ensino fundamental que, em 2019, corresponde à formação dos profissionais de educação e revisão dos projetos pedagógicos; e outra para o ensino médio, referente à revisão e à elaboração dos currículos.

Definição

A diretora executiva do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura, e Ação Comunitária (Cenpec), Mônica Gardelli Franco, ressaltou que o MEC é uma das maiores pastas, envolvendo 2 milhões de professores e 50 milhões de alunos, necessitando de unidade e direcionamentos claros.

“Essa população depende de ações e decisões diretas do MEC. É deles (ministério) o papel de definição de políticas, estratégias e implementação. Temos uma agenda de educação que não é de um partido ou de governo. É da sociedade. O Plano Nacional de

Educação (PNE) tem metas que precisam ser alcançadas”, disse. “Quais os projetos, o que será feito? Essas mudanças que ocorrem a toda hora impactam o esforço que a sociedade e a área da Educação fizeram no decorrer dos anos. Até recuperar isso, demora.”

Franco alertou que a falta de especialista em educação na pasta compromete o andamento dos programas. “Quem é especialista em educação consegue avaliar os impactos de tudo o que é proposto ou feito. Não é algo pontual. Faltam técnicos e especialistas que conheçam realmente a área.”

Sobre a BNCC, a diretora afirmou que a disponibilização de recursos para a continuidade da implementação da base deu sinalização de que a proposta tem importância para o governo, mas, no tocante a outros programas, o jeito é aguardar.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC diz que falha técnica do Fies foi resolvida e prorroga o prazo para conclusão da matrícula para 12 de abril

Em nota divulgada no site, a pasta diz que estudantes que estejam frequentando as aulas normalmente não correm risco de perderem o semestre.

O Ministério da Educação prorrogou, nesta quinta-feira (4), o prazo para os estudantes já selecionados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), na modalidade Fies, validarem sua inscrição junto às faculdades e universidades privadas. O MEC também disse que "foi solucionado o problema que impedia a troca de informações com o agente financeiro e, conseqüentemente, a contratação do financiamento com a instituição bancária".

Essa é a terceira vez que o prazo é prorrogado. Mas, em nota divulgada na segunda-feira (1º) pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Jornal Nacional, o fundo ressaltou que casos de erros ou problemas no sistema podem levar o MEC ou os bancos operadores do programa a prorrogarem o prazo de conclusão da inscrição até 30 de junho.

Nesta quinta, Luiz Blumm, diretor de gestão de Fundos e Benefícios do FNDE, afirmou, segundo a nota do MEC, que as instituições não precisam cobrar mensalidade dos estudantes enquanto o contrato não é assinado.

"Não há motivo de preocupação nem de cobrança dos estudantes por parte das instituições", afirmou Blumm, do FNDE. "Após a contratação, as instituições serão ressarcidas retroativamente. O prazo foi estendido até o dia 12 para que todos os alunos tenham a validação completa."

Segundo o MEC, os estudantes foram informados sobre os novos prazos por e-mail e SMS. Mas Blumm advertiu que cabe a cada aluno fazer a "contratação adequada com o Fies".

"O estudante tem que ter consciência de que, se ele não tem a contratação adequada com o Fies, ele se matriculou e assistiu às aulas, terá que fazer o ressarcimento à instituição", disse Blumm.

Financiamento a juro zero

O Fies é o programa do MEC que oferece contratos de financiamento estudantil para universitários em instituições particulares. Neste semestre, foram oferecidas 100 mil vagas de financiamento com juro zero pela modalidade Fies do programa.

A chamada única foi divulgada em 25 de fevereiro, e candidatos estão sendo convocados pelas vagas remanescentes da lista de espera até 10 de abril.

Uma vez que um candidato é selecionado pela lista, ele tem até cinco dias úteis para apresentar a documentação exigida para participar do programa e concluir o processo de validação da inscrição.

"A partir do momento da validação das informações, o MEC tem três dias úteis para repassar as informações dos estudantes às instituições bancárias. A partir daí começa a contar o prazo de 10 dias para que o estudante faça a contratação do financiamento junto ao banco", explicou a pasta.

Problema no sistema

Porém, neste semestre os candidatos aprovados reclamaram de uma falha no sistema que impedia a finalização do processo e, como consequência, a efetivação da matrícula.

A GloboNews mostrou, na semana passada, que muitos estudantes, quando chegavam à fase de efetivamente fechar o contrato do Fies com a Caixa Econômica Federal, o agente bancário responsável pelo financiamento, eram informados de que faltavam informações no cadastro para finalizar o processo.

Na segunda (1º), o FNDE reconheceu, ao Jornal Nacional, que "foi identificado um problema sistêmico" que impedia "a troca de informações com o agente financeiro em relação aos candidatos pré-selecionados do Fies".

topo ↕

PORTAL BRASIL - NOTÍCIAS

Programa apoiará implementação da Base Nacional Comum Curricular Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional visa auxiliar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração e implementação de seus currículos

O Ministério da Educação lançou nesta quinta-feira, (04), o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que visa auxiliar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC. A soma dos valores que serão investidos este ano nesse programa chega a R\$ 105 milhões.

A iniciativa está organizada em duas frentes. Uma para educação infantil e ensino fundamental, que em 2019 corresponde à formação dos profissionais de educação e revisão dos projetos pedagógicos, e outra para o ensino médio, referente à revisão e à elaboração dos currículos.

O secretário executivo do MEC, Ricardo Machado Vieira, destaca a importância do trabalho conjunto com as equipes dos estados e dos municípios para a implementação da BNCC. "O MEC vai buscar sempre essa participação. Precisamos implementar realmente esse projeto e eu acho que a base comum curricular é um sinalizador para que os secretários de educação dos estados possam conduzir praticamente dentro da organização federativa, com o apoio e sempre com a participação do MEC."

No programa, os participantes elaboram os currículos de ensino médio alinhados à BNCC e aos Referenciais Curriculares para Elaboração dos Itinerários Formativos (RCEIF). A previsão é de que, a partir dos currículos elaborados em 2019, todos os professores estejam formados em 2020 e, em 2021, as escolas comecem a usar esses currículos em sala de aula. Entre as atribuições, os estados precisarão elaborar a parte comum do conteúdo que será ensinado para todos os alunos, nas áreas de linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza.

Para este ano serão oferecidas 1457 bolsas de formação de multiplicadores da BNCC. Desse total, 809 serão para professores de educação infantil e ensino fundamental, e 648 para docentes do ensino médio. O primeiro encontro formativo presencial será realizado ainda no primeiro semestre. Danilo Leite Dalmon, coordenador geral de Inovação e Interação com o Trabalho, da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, explica como será feita a seleção dos bolsistas. “A comissão estadual de currículo faz a seleção desses profissionais, que devem ser professores das redes. Eles passam a participar dessa formação que o MEC oferece sobre como elaborar e implementar currículo, como revisar projeto pedagógico e como formar os professores.”

Dalmon detalha ainda quais serão as principais áreas de formação oferecidas aos bolsistas. “Vai ter coordenador de área, para o ensino médio, coordenador de etapa, tem o coordenador de educação infantil, e tem o coordenador dos anos iniciais e fundamental. Cada professor bolsista tem esse papel diferente.”

O apoio técnico oferecido pelo MEC consiste em acompanhar os bolsistas durante sua formação e na elaboração dos currículos, e também na formação dos professores e revisão dos projetos pedagógicos. O MEC também apoia as equipes estaduais a seguirem o cronograma do estado e a realizar suas tarefas.

Para Eduardo Deschamps, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), o ProBNCC representa o compromisso do MEC no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular. Ele afirma que o CNE seguirá acompanhando todas as etapas do processo. “O CNE teve um papel anterior à aprovação da Base, que foi justamente a normatização, e agora tem um papel de acompanhamento da implementação e até de fazer os ajustes, se necessários forem, no âmbito das normativas que forem aprovadas pelo Conselho e homologadas pelo Ministério da Educação.”

Recursos

Em 2018 foram transferidos quase R\$ 100 milhões. Para 2019, está prevista a transferência de R\$ 88 milhões para que as unidades da Federação e municípios possam revisar seus planos de trabalho em parceria com as redes estaduais e municipais de ensino e submeter a revisão à análise do MEC. Desses, R\$ 58 milhões já estavam empenhados em 2018, e R\$ 30 milhões foram acrescentados pelo MEC este ano. Os recursos financeiros são transferidos via Programa de Ações Articuladas (PAR). Além disso, outros R\$ 17 milhões serão investidos em bolsas de formação.

O secretário substituto de Educação Básica do MEC, Alexandro Ferreira de Souza, afirma que a adição de recursos vai dar um ganho na discussão e na elaboração dos novos currículos. “E também fizemos um esforço de aumentar o diálogo, a participação

e colaboração do MEC. No caso aqui nós temos uma tarefa a ser feita, a ser desempenhada por vários atores, por várias pessoas, acredito que essa participação plena seja muito importante.”

O Programa

O ProBNCC foi estabelecido pela Portaria MEC nº 331/2018, seguindo a homologação da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, no fim de 2017. A Portaria MEC nº 756, de 3 de abril de 2019, atualiza o programa para incluir aspectos da BNCC para o Ensino Médio.

A iniciativa é uma das ações para a implementação da BNCC em regime de colaboração, envolvendo entidades do governo federal, como o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE), além de representantes estaduais, como o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed); o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), e representantes municipais, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Fonte: Ministério da Educação

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Mais baixas no MEC

O Ministério da Educação perdeu mais dois nomes nesta quinta-feira, 4. Foram demitidos um dos principais assessores do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, Bruno Meirelles Garschagen e a chefe de gabinete, Josie de Jesus, substituída por um nome militar. As exonerações foram publicadas no Diário Oficial da União e assinadas pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Garschagen era um nome próximo de Olavo de Carvalho. Ele havia sido nomeado em 30 de janeiro e era responsável pela comunicação e contato com a imprensa. Josie de Jesus era ex-funcionária do Centro Paula Souza, em São Paulo, e ficou menos de um mês no cargo, sua nomeação foi publicada no dia 11 de março. No lugar dela, Onyx anunciou Marcos de Araújo, ex-subcomandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal e professor da Academia dos Bombeiros de Brasília.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Comunismo de sinal trocado

Revisão de livros didáticos pretendida pelo ministro Vélez apenas substitui aberrações de esquerda por aberrações de direita

O ministro Vélez Rodríguez, da Educação, anda a perigo. O próprio presidente Jair Bolsonaro, em entrevista à Band há duas semanas, admitiu que as coisas não estão andando no MEC. E parece que o ministro deseja cair atirando: em entrevista ao jornal Valor Econômico, anunciou que pretende promover uma revisão progressiva dos livros didáticos, para fazer valer a visão que ele considera mais apropriada do golpe de 1964 e da ditadura que dele emergiu. E a tal visão correta, claro, é que não houve golpe nem ditadura.

VEJA havia revelado em reportagem na semana passada que alunos ficarão ao menos mais um ano com a bibliografia desatualizada porque um grupo de avaliadores do MEC está caçando textos com “ideologias contrárias às do governo” nos livros do segundo

ciclo do ensino fundamental. Na entrevista, Vélez demonstrou outra vez que a sua pasta está mais compromissada com a propaganda ideológica do que com a qualidade do ensino no Brasil. O ministro lançou mão de uma malandragem retórica para dizer que, para ser salvo do totalitarismo, o país passou, a partir de 1964, por “um regime democrático de força”. A expressão é um oxímoro, uma contradição em termos. E é também um eufemismo para o termo correto: ditadura.

Vélez ainda é visto no Palácio do Planalto como um problema. Bolsonaro só não o demitiu porque tal decisão aumentaria o clima de incerteza em meio à crise de articulação com o Congresso. Os poderes do ministro, no entanto, estão sendo paulatinamente retirados. Primeiro, os militares ganharam a queda de braço com alunos do falastrão Olavo de Carvalho e emplacaram como secretário executivo do MEC o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira. Na quinta-feira 4, mais dois assessores, ambos próximos ao ministro, foram demitidos. Perderam o emprego o assessor especial Bruno Garschagen, alinhado a Olavo, e a chefe de gabinete Josie de Jesus, depois de menos de um mês no cargo.

O material didático brasileiro tem, sim, problemas. Em 2008, VEJA examinou apostilas e 130 livros de história, geografia e português adotados por escolas privadas e encontrou informações distorcidas por questões ideológicas ou erros factuais em 75% deles. No ano anterior, 20 milhões de alunos haviam usado um livro de história reprovado pelo MEC que, entre outros absurdos, dizia que o ditador chinês Mao Tsé-tung fora um “grande estadista” que “amou inúmeras mulheres e por elas foi correspondido”. O que Vélez propõe, no entanto, é substituir aberrações de esquerda por aberrações de direita. Como pontuou o vice-presidente Hamilton Mourão há algumas semanas, “não se combate comunismo com comunismo de sinal contrário”.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Entenda os cursos de bacharelado, tecnólogo e licenciatura

Antes de escolher qual faculdade, o estudante precisa conhecer os tipos de graduação e as características de cada um

Antes de escolher qual faculdade seguir, responda a pergunta: sabe qual a diferença entre os cursos de licenciatura, de bacharelado e o tecnólogo? Independente da escolha, todos conferem um diploma de graduação, no entanto, eles são bem diferentes.

Cursos de licenciatura como Letras, História e Matemática, por exemplo, são muito parecidos com os do bacharelado, dão uma formação ampla, mas permitem que o estudante possa dar aulas para a educação básica e ensino médio. O profissional também pode trabalhar com pesquisa na sua área de estudo.

Bacharelado é o curso mais tradicional, tem duração de 4 a 6 anos, oferece um conteúdo abrangente e é direcionado para atuação ativa em uma profissão e ao mesmo tempo também dá uma boa base acadêmica. Depois de formado, o estudante está pronto para trabalhar dentro de sua área. Os cursos são oferecidos tanto em universidades públicas como privadas, muitos deles nos formatos presencial ou a distância.

No geral, os recém-formados (bacharéis) buscam um curso de especialização ou pós-graduação para uma melhor qualificação profissional.

O tecnólogo é preparado para atender às demandas do mercado de trabalho e seus

cursos têm duração de dois a três anos, diferentemente do bacharelado e da licenciatura. O foco é muito mais técnico e prepara os alunos para o mercado de trabalho. No geral, além da formação mais rápida, os preços são mais acessíveis em instituições particulares.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o número de alunos matriculados em cursos de graduação tecnológica cresceu 331% entre 2014 e 2016. Um dos motivos é a necessidade de entrar rapidamente no mercado de trabalho.

Vale lembrar que os cursos de tecnólogo formam profissionais um pouco mais especializados, aptos a trabalhar em determinados setores de uma empresa, como, por exemplo, tecnólogo em Marketing ou tecnólogo em gestão de Recursos Humanos.

Antes de escolher uma faculdade, confira se o mercado exige o diploma de bacharel ou se aceita de tecnólogo. Além do diploma, algumas profissões exigem registro em um Conselho Regional ou, no caso de Direito, é preciso fazer uma prova na Ordem dos Advogados.

ANDIFES - TEMPO REAL

UFMT – Palestra discute família e sexualidade

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realiza nesta quinta-feira (04), a palestra “Família, Amor e Preconceito: Homossexualidade, micro-hierarquias e micropolíticas da aceitação” O evento acontece às 19h, no Auditório do Museu de Etnologia e Arqueologia da UFMT (Musear). O evento é aberto para a comunidade e não necessita de inscrições prévias.

Ministrada pelo professor Leandro de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a palestra discutirá família, sexualidades e processos de construção da pessoa à luz da perspectiva da Antropologia das Emoções. A abordagem está amparada em pesquisa que teve como foco as relações entre pessoas LGBT e suas famílias de origem, explorando como as relações entre os domínios da família e da sexualidade são vivenciados entre esses sujeitos.

O evento conta com o apoio da Pró-reitoria de Ensino de Pós-graduação (Propg), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na mesma data, às 8h30, o docente participa da banca de defesa da dissertação “Assumindo em família: Homossexualidade e família de origem no Brasil contemporâneo”, que acontece no mesmo dia, às 8h30, no auditório da Secretaria de Tecnologia Educacional (Setec).

topo ↕

DIREITO HOJE - TEMPO REAL

Isabella Paranaguá é nomeada vice-presidente para Comissão Nacional de Promoção da Igualdade

A advogada piauiense Isabella Paranaguá foi nomeada vice-presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade pelo presidente Nacional da OAB, Felipe Santa Cruz. A Comissão exerce papel na busca pela efetivação de políticas públicas – por parte do Legislativo e Executivo- ligadas ao tema, com produção de materiais

acadêmicos, atividades e ações.

Isabella Paranaguá também foi aprovada no pós-doutorado com fellowship na universidade de BIRMINGHAM na Inglaterra. “Fico honrada em poder continuar trabalho social voluntário ligado à promoção da igualdade em seus diversos sentidos, como social, sexual, religioso, familiar, dentre outros, trabalho que vou exercer paralelamente à minha pesquisa de pós-doutorado em Birmingham-UK, de maneira complementar. Agradeço a OAB Nacional pela missão a mim conferida e o meu muito obrigada à OAB-PI, na pessoa do seu presidente Celso Barros Neto pela confiança no meu trabalho para a advocacia piauiense”, disse.

Isabella Paranaguá é advogada. Pós-Doutoranda em Direito pela Universidade de Birmungham-UK- fellowship; Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bolsista CNPq; Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), bolsista **CAPES**; pós-graduada em Direito Processual Civil (FMS) pelo LFG. Especialista em Direito de Família e Sucessões pelo Complexo Damásio de Ensino. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, seção Piauí (IBDFAM-PI), 2013/2017. Presidente da Comissão de Direito das Famílias e Sucessões da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Piauí 2016/2019 (OAB-PI). Secretária da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil 2016/2019(CFOAB). Atual vice-presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Professora de Direito na Uninove. Professora convidada da Escola Superior de Advocacia do Piauí-ESAPI e da Universidade Estadual do Piauí, pelo Nupevidh- UESPI. Palestrante. Autora de obras jurídicas e artigos científicos.

topo ↕

UEM - TEMPO REAL

Pró-Reitoria de Pesquisa preocupa-se com déficit no CNPq Falta de R\$ 300 milhões em financiamento público pode prejudicar 747 bolsistas na UEM

Em entrevista ao portal de notícias G1, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirma que o órgão apresenta déficit de R\$ 300 milhões para 2019, o que pode comprometer bolsistas no último trimestre do ano. Com isso, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) está preocupada, uma vez que atualmente tem 747 bolsistas do CNPq e diversas iniciativas de Ensino, Pesquisa e Extensão que dependem diretamente dele.

As bolsas do CPNq são concedidas, via chamadas públicas, para realização de pesquisas do ensino médio ao pós-doutorado, passando por produtividade em pesquisa, apoio técnico e outras modalidades. O Dr. Clóves Cabreira Jobim, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UEM, acrescenta que há auxílios para realização de eventos e mobilidade internacional – quando o pesquisador vai a outro país para desenvolver parte do seu estudo. “No momento em que o CNPq não tiver dinheiro, muitas dessas ações ficariam em descoberto. E quando os recursos da Pesquisa diminuem, diminuem infraestrutura de laboratórios, compra de equipamentos de ponta, eventos acadêmicos e uma série de elementos que as universidades públicas não têm condições de investir”, lamenta o pró-reitor. Por isso, ele pede sensibilização do governo para manutenção dos programas ativos.

Como o “CNPq é uma fonte de recursos para pesquisas muito importante”, Jobim teme que discentes e docentes possam vir a ser prejudicados em suas atividades científico-acadêmicas futuras. Apesar de a maior parte do montante de financiamento vir do CNPq, ele não é o único órgão federal que promove essa ajuda. Também existem a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, assim como o CNPq – e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, pertencente ao Ministério da Educação. Há, ainda, organizações em âmbito estadual, como a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, e instituições particulares que apoiam iniciativas educacionais e de pesquisa. “Mas, infelizmente, no Brasil ainda não temos uma cultura de o setor empresarial investir em pesquisa”, pondera Jobim.

Pesquisa forte – Para se ter dimensão de como a pesquisa é robusta na UEM, apenas com relação à propriedade intelectual o ano de 2018 registrou, segundo o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): 15 pedidos de patentes de invenção, 4 concessões de patentes de invenção e 13 concessões de registros de programas de computador. E dentro do tripé de Ensino-Pesquisa-Extensão, é justamente a Pesquisa a maior responsável por apontar a excelência de uma instituição de ensino superior, o que demonstra ainda mais a importância de haver recursos para mantê-la sólida.

topo ↕

UFRGS - TEMPO REAL

UFRGS lança Programa Institucional de Internacionalização Detalhes sobre o CAPES-PRINT foram apresentados a professores e coordenadores de pós-graduação nesta quinta-feira, 04

A UFRGS realizou hoje, 04, a reunião de lançamento do Programa Institucional de Internacionalização – **CAPES-PRINT**. Para um público formado por professores e coordenadores de cursos de pós-graduação, foram apresentados, formalmente, detalhes sobre o Programa. Conforme o pró-reitor de Pós-Graduação, Celso Loureiro Chaves, mesmo com editais já publicados, somente agora as atividades efetivamente serão iniciadas: “esse é um programa que mira o presente, mas que está voltado para o futuro, usando a bagagem de uma instituição internacionalizada e que trabalha em conjunto na obtenção de melhores resultados”, enfatiza.

A diretora de Relações Internacionais da **CAPES**, Concepta Margaret McManus Pimentel, fez uma explanação sobre os critérios e passos que nortearam a **CAPES** na seleção dos projetos. A diretora destacou que, para o sucesso do **PRINT**, é necessário haver o compromisso institucional e que “esse não é um projeto de reitoria, mas, sim, da universidade como um todo”, ressaltou. Para o reitor Rui Vicente Oppermann, a UFRGS precisa se aproximar da sociedade e reafirmar sua posição como instituição produtora de conhecimento. “Nesse sentido, o **PRINT** é fundamental, pois é a oportunidade de formação de redes e de parceria”, afirmou.

Após a mesa de abertura, foi realizada a palestra do professor da Universidade Técnica de Berlim Hans-Ulrich Heiss. O docente falou sobre os desafios da internacionalização, que, segundo ele, “depende mais de relacionamentos interpessoais que interinstitucionais”. Heiss ressaltou a necessidade de se envolver também os alunos de graduação no processo e de preservar a cooperação mesmo com o passar das gerações acadêmicas. O professor apresentou a German Excellence Initiative, iniciativa de

internacionalização promovida pelas universidades alemãs.

A UFRGS foi uma das 25 instituições selecionadas no PRINT, que destina R\$ 300 milhões anuais para projetos de internacionalização, com duração de quatro anos. A proposta submetida pela UFRGS foi construída pelas pró-reitorias de Pós-graduação e de Pesquisa e pelas secretarias de Relações Internacionais e de Desenvolvimento Tecnológico, com participação dos programas de pós-graduação que foram chamados a se engajar na elaboração do projeto. Foram definidas oito linhas agregadoras: Desenvolvimento sustentável; Integração STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharias, Artes e Matemática); Futuro do trabalho e novas tecnologias; Ciências da saúde; Energia do futuro; Cidades inteligentes; Cadeia de alimentação; e Formação de recursos humanos.

Ao total, 109 instituições brasileiras se candidataram ao programa. O objetivo do PRINT é fomentar os projetos de internacionalização, estimular redes de pesquisas internacionais, promover a mobilidade de pesquisadores e transformar as instituições participantes em um ambiente internacional.

Também participaram do lançamento, realizado no Centro Cultural da UFRGS, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do RS, Luís da Cunha Lamb, e o Diretor técnico-científico da FAPERGS, Gervásio Annes Degrazia.

topo ↕

UFSC - TEMPO REAL

Escola de Altos Estudos da CAPES 'UFSC-UFG' oferece disciplina e conferência on-line

Entre os dias 08 e 12 de abril, o programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET/UFSC) e o Grupo de Pesquisa InterTrads UFSC, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFG e o Grupo de Pesquisa FORTRAD-UFG, promovem, no âmbito da Escola de Altos Estudos da CAPES, a disciplina intensiva "Tópicos II: Perspectivas atuais das pesquisas em Estudos da Tradução e a formação de professores de tradução e interpretação" ministrada pela professora Anabel Galán-Mañas da Universitat Autònoma de Barcelona e o professor Carlos Henrique Rodrigues da UFSC.

Além da disciplina, a professora Galán-Mañas realizará uma conferência on-line: "Didática da Tradução: ensino e avaliação na formação de tradutores" no dia 09 de abril às 18h30min. Para participar da conferência basta realizar a inscrição no seguinte endereço <http://inscricoes.ufsc.br/didatica-online> e acessar a sala de webconf, no dia e horário previstos, pelo endereço <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/intertrads>.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ação pede à Justiça que proíba livros na escola com 31 de março sem golpe Advogado solicitou que juíza Ivani Silva da Luz, da 6.ª Vara Federal do DF, barre modificações na literatura sobre 1964 propostas pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez

O advogado Carlos Alexandre Klomfahs solicitou à Justiça Federal, em Brasília, que proíba as modificações em livros didáticos propostas pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para ensinar que não houve golpe em 1964 nem ditadura militar. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o ministro disse acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma 'mudança de tipo

institucional’.

O requerimento do advogado foi enviado à 6.^a Vara Federal do Distrito Federal, no âmbito de uma ação popular que ele próprio ajuizou contra a comemoração do dia 31 de março de 1964, ordenada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Na semana passada, a juíza Ivani proibiu atos de celebração do golpe militar. A decisão foi suspensa pela desembargadora de plantão no Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, Maria do Carmo Cardoso, que liberou os festejos nos quartéis.

O advogado apontou, no requerimento, para a ‘gravidade dos fatos novos’.

“Vislumbra-se presente, a insistência do Governo Federal e da União em modificar fatos notórios e provados por laudos, pesquisas e documentos, quanto ao conceito jurídico de Ditadura (autocracia caracterizado por poder ilimitados, fechamento do congresso nacional, perseguição à imprensa, aposentar compulsoriamente ministros da Suprema Corte, por suspensão de direitos políticos, habeas corpus e garantias fundamentais) e ao uso de tortura, mortes e perseguições políticas durante o regime da ditadura militar de 1964-1985, esse que revisionismo histórico, caracteriza-se como fatos novos possibilitam o aditamento e o conhecimento liminar e de mérito do pedido”, afirmou o advogado.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica que na disciplina de História, no 9.^o ano do fundamental, deve ser discutida a ‘ditadura civil-militar e os processos de resistência’. Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam ‘progressivas’, e devem ocorrer ‘na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história’.

O ministro ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é ‘regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história’.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Atenta ao mercado, Engenharia se mantém entre os principais cursos

O ensino da área nos próximos anos poderá se voltar para setores em recuperação ou estratégicos, como Petróleo, Meio Ambiente e Automação.

Uma das áreas mais concorridas na busca por uma vaga na universidade, a engenharia se mantém conectada à contemporaneidade mesmo com toda a sua tradição. Enquanto os cursos de Elétrica, Mecânica, Produção e Civil fazem parte do rol de vertentes mais tradicionais, os das áreas de Petróleo, Ambiental e Sanitária e Controle e Automação atendem às demandas atuais em todo o mundo.

— As mais clássicas são as mais procuradas pelos estudantes. No entanto, em termos de atividades econômicas, outras vertentes vêm se recuperando. Com o mercado do petróleo em franco reaquecimento, essa habilitação com a procura volta a crescer gradativamente. A área ambiental tende a ser uma das engenharias do futuro, porque não há como abrir uma estrada ou construir uma hidrelétrica sem análise dos impactos ambientais. E com o advento da automatização de processos, robótica, indústria 4.0, a área de Controle e Automação está sendo ampliada – explica Bruno Di Lello, gestor nacional dos cursos de engenharia da Estácio.

Essas e outras habilitações fazem parte do grupo de dez engenharias oferecidas pela universidade em cerca de 40 das 90 unidades espalhadas pelo Brasil. Além delas, compõem a lista Engenharia de Telecomunicações, Química e de Computação.

O estudo da engenharia requer uma infraestrutura robusta, com laboratórios e salas de aulas confortáveis. Na Estácio, esses espaços são compostos por equipamentos adequados, que contemplam os núcleos de conhecimentos básicos, profissionalizante e específicos. Esse último, voltado para quando o aluno já está desenvolvendo a habilitação que escolheu.

O curso também lança mão de metodologias que procuram unir teoria e prática. O corpo docente é composto por profissionais que atuam no meio acadêmico e no mercado de trabalho, o que cria uma proximidade e uma troca de experiências entre professor e aluno. Além disso, a universidade oferece disciplinas híbridas, com conteúdo presencial e online.

— Queremos que o aluno busque e construa o seu conhecimento. Por isso, algumas disciplinas têm o conteúdo dividido entre aulas presenciais e EAD (ensino a distância), permitindo que o aluno estude antecipadamente tópicos de conhecimento. Esses tópicos EAD são debatidos no encontro presencial através da utilização de metodologias ativas de aprendizagem. Dessa forma, os encontros presenciais se transformam em um espaço de debate e de estudos de casos que consolidam a aprendizagem – conta Di Lello.

As Engenharias também acompanham a evolução do crescimento da procura por cursos ofertados na modalidade EAD. São cursos que, por regulamentação do MEC, devem possuir um mínimo 70% online em suas cargas horárias. Os cursos EAD proporcionam a incorporação e o emprego de modernas tecnologias na metodologia de ensino, como, por exemplo, a virtualização de laboratórios para uso em atividades práticas laboratoriais e a possibilidade do emprego das técnicas de PBL (Project Based Learning).

A utilização de plataformas digitais de estudo equivalentes às que o futuro engenheiro encontrará em ambiente de trabalho real, proporciona um grau adicional de profissionalismo à formação desse aluno.

— Um grande diferencial dos nossos cursos de Engenharia EAD é que eles também estão cadastrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que regulamenta profissionalmente o setor. Então, o aluno egresso com esse diploma pode atuar profissionalmente em qualquer lugar do Brasil. O EAD atende às mais longínquas localidades. Permitimos realizações de sonhos e conquistas que o aluno não conseguiria caso não se deslocasse para um grande centro — destaca Bruno Di Lello.

EXPANDINDO HORIZONTES

Formado em Engenharia de Petróleo pelo Campus Norte Shopping, na Zona Norte do Rio, Thiago Cantanhede, de 35 anos, já trabalhava como técnico na área quando entrou para a universidade. O curso da Estácio complementou a formação que adquiriu na prática e abriu novos horizontes para ele. Cantanhede destaca que o grande diferencial, além da estrutura, foi o time de mestres que encontrou em sala de aula:

— A qualidade dos professores da Estácio é indiscutível. São mestres, doutores e pessoas extremamente acessíveis. O fato de a universidade ter muitos campi também ajudou. Tinha uma unidade em frente à minha casa, o que facilitou muito a minha vida.

Também formado em Engenharia de Petróleo, Tiago Laureano, de 34 anos, ocupa o cargo de planejador de poço de petróleo em uma multinacional. Antes de cursar Engenharia, se graduou como tecnólogo do petróleo, também pela Estácio. Como já conhecia e aprovava a estrutura e os professores, optou pela segunda graduação na mesma universidade. Para ele, o suporte pedagógico que recebeu durante o curso foi fundamental.

— Sempre gostei muito do apoio que recebia. Estudava pelo conteúdo online, fazia revisão de matérias. Isso ajudou muito. E encontrei professores excelentes. Como já estava no mercado, conseguia tirar dúvidas com eles, trocávamos muitas ideias, a aula ficava mais rica — afirma ele.

A dedicação dos professores também fez a diferença na vida de Igor Jasmin, de 25 anos. Formando em Engenharia Elétrica, ele emendou a graduação com dois mestrados, um na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e outro no Instituto Militar de Engenharia (IME). O desejo de seguir na área de pesquisa, ele acredita, veio do incentivo do corpo docente que o acolheu na graduação:

— A relação professor e aluno dentro da Estácio é muito bacana. Eles sempre foram muitos solícitos e isso acabou gerando em mim o desejo de aprender a aprender, uma sede de buscar novos conhecimentos, expandir meus horizontes. Alguns ainda escreveram minhas cartas de recomendação para o mestrado. Foram participativos e fundamentais nesse processo.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC exonera assessor especial e chefe de gabinete do ministro

As demissões foram publicadas no Diário Oficial da União

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, exonerou hoje (4/4) Bruno Garschagen do cargo de assessor especial do ministro da Educação, Ricardo Vélez e a chefe de gabinete Josie Pereira. As demissões foram publicadas no Diário Oficial da União. Para o cargo de chefe de gabinete do ministro foi nomeado Marcos de Araújo.

As demissões somam-se a uma série de remanejamentos que tem sido feitos no Ministério da Educação nos últimos meses.

Histórico

No último dia 26, o professor Marcus Vinicius Carvalho Rodrigues foi demitido do cargo de presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A demissão ocorreu após o anúncio de que a avaliação da alfabetização não seria realizada este ano, mas apenas em 2021. O MEC voltou atrás e revogou a medida que definia o adiamento. A não aplicação foi criticada por especialistas.

A então secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão no último dia 25.

O cargo de secretário-executivo do MEC ficou vago desde o dia 13 de março até o dia 29, quando o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira assumiu a Secretaria.

Além dessas movimentações, no dia 11, seis funcionários comissionados da pasta foram exonerados.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC estuda priorizar a alfabetização no 1º, e não mais até o 2º ano do ensino fundamental

Rascunho da nova Política Nacional de Alfabetização obtido pelo G1 indica que mudanças defendidas pelo secretário de Alfabetização em suas redes sociais serão adotadas oficialmente pelo governo federal, mas algumas contradizem a Base Nacional Comum Curricular.

O Ministério da Educação (MEC) estuda "priorizar" a alfabetização das crianças já no primeiro ano do ensino fundamental e não mais ao longo dos dois primeiros anos. A nova idade-alvo foi incluída em um rascunho da nova Política Nacional de Alfabetização ao qual o G1 teve acesso e que, segundo fontes, foi enviado há mais de um mês à Casa Civil.

O texto foi elaborado pela Secretaria de Alfabetização (Sealf). O governo federal deve publicar um decreto no "Diário Oficial da União" até a próxima quarta-feira (10), quando se completam os 100 primeiros dias do governo de Jair Bolsonaro.

A regra atual, que consta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2017, recomenda que a alfabetização deve ser o foco nos dois primeiros anos do fundamental, ou seja, o aluno já deve ter desenvolvido essas habilidades até o segundo ano desta etapa de ensino.

Os decretos dos ministérios são enviados à Casa Civil para a análise final e posterior encaminhamento para publicação no "Diário Oficial da União" (DOU). Após este rito, eles se tornam de fato oficiais.

O G1 procurou o MEC e a Casa Civil para confirmar se o rascunho já havia sido enviado de uma pasta à outra até esta quarta-feira (3), e se havia sofrido modificações desde que deixou o MEC. A Casa Civil informou que "informações a respeito serão divulgadas por meio de release na véspera do evento de 100 dias de governo". O MEC não enviou resposta até a publicação desta reportagem.

A equipe de reportagem ouviu ainda pessoas envolvidas em etapas do processo de elaboração do texto, que falaram sob condição de anonimato, e pediu que alguns especialistas em educação analisassem o conteúdo da política proposta.

Segundo eles, o rascunho tem pontos que merecem elogio, como deixar claro que haverá "integração e cooperação entre os entes federativos [municípios, estados e união]" e respeito à diversidade e valorização das tradições culturais brasileiras, mas peca em não deixar claro como vai implementar outros, como a valorização dos professores.

Veja abaixo os principais pontos que constam no documento:

Alfabetização aos 6 anos

Priorizar a alfabetização no primeiro ano do fundamental é a primeira diretriz do rascunho. Se for oficializada como política, será a segunda vez em dois anos que o Brasil vai reduzir o prazo indicado nacionalmente para ensinar a maior parte das habilidades ligadas à leitura e escrita.

Em dezembro de 2017, a BNCC já havia reduzido o entendimento anterior de que a alfabetização deve ser feita com mais calma, entre os 6 e os 8 anos, porque, antes disso, as crianças mais novas ainda não têm as habilidades necessárias para a tarefa.

O rascunho indica que o ensino infantil deve receber orientações para o ensino do alfabeto e outras habilidades “fundamentais para a alfabetização”. Este ponto é bem recebido por especialistas que seguem algumas correntes das ciências cognitivas, mas visto com preocupação por outros, que afirmam que nem todas as crianças de 5 anos, na idade em que estão na pré-escola têm capacidade de desenvolver atividades repetitivas e descontextualizadas.

Não há um método único indicado

Nenhum método específico de alfabetização foi explicitamente priorizado no texto, mas ele indica que algumas teorias devem ganhar espaço dentro das orientações do MEC. Elas estão citadas no rascunho como “ciência cognitiva da leitura”, definida como os estudos da aprendizagem e do ensino da leitura e da escrita, com base em evidências das áreas de psicologia, neurociência e linguística cognitiva.

Parte dessas evidências são usadas como argumentos pelos especialistas que defendem os chamados “métodos fônicos”, uma abordagem da alfabetização que, segundo afirmou Renan Sargiani, coordenador-geral de Neurociência Cognitiva e Linguística na entrevista ao MEC, se trata da “recomendação de que o ensino de leitura e de escrita deve começar por instruções explícitas em uma ordem sequencial lógica das relações entre os grafemas e os fonemas, ou seja, das letras e seus sons”.

Segundo ele, a “abordagem fônica sintética” da alfabetização é “reconhecida como a mais eficiente”. (Veja, ao final da reportagem, a explicação sobre os diversos métodos de alfabetização.)

Consultado pelo G1, o professor e filósofo Renato Janine Ribeiro, que foi ministro da Educação entre abril e setembro de 2015, afirmou que a Constituição Federal impede o MEC de impor um método único de ensino às redes estaduais, municipais e às escolas particulares. Segundo ele, o papel da União é fornecer diretrizes, articular especialistas e apoiar financeiramente os sistemas regionais e locais. “Ao mesmo tempo, a União não pode entrar no detalhe, não pode dizer que a metodologia é essa, que vai ser construtivista, fônica. Entrar nesses detalhes é violar a autonomia constitucional dos estados e municípios”, disse ele.

Já Fred Amâncio, vice-presidente do Conselho Nacional de Dirigentes de Educação (Consed), afirmou que os gestores não defendem um ou outro método, mas que são contra “a destruição de métodos”, ou seja, a imposição de apenas uma forma de ensinar.

“Existem casos de sucesso e de fracasso com todos os métodos”, resumiu ele.

Erradicar o analfabetismo absoluto

O primeiro objetivo indicado no rascunho é “erradicar o analfabetismo absoluto” (quem não sabe ler e escrever) e erradicar “o analfabetismo funcional” (dificuldade de compreender e interpretar textos).

Especialistas afirmam que, embora o objetivo seja nobre, ele esbarra em contradições dentro da própria política. Um dos problemas é o fato de que não é o MEC que executa as ações de ensino, mas sim os estados e municípios.

Além disso, segundo a pesquisadora e professora Maria Carmen Silveira Barbosa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a ideia de “analfabetismo absoluto” já está ultrapassada, pois as pesquisas consideram que em sociedades como a nossa, onde os números e letras estão em toda parte, até mesmo a convivência diária com elas acabam gerando algum entendimento, ainda que mínimo, sobre o tema.

O conceito de “erradicação” também é cada vez menos usado, porque dá a entender que não ser alfabetizado é uma doença. “Há pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar num país tão desigual como o nosso e não podem ser vistas como alguém da cidadania”, disse.

Erradicar o analfabetismo funcional

O rascunho também cita como público-alvo da política os jovens e adultos que nunca chegaram a ser plenamente alfabetizados, tanto os que estão matriculados no ensino de jovens e adultos (EJA) quanto os que estão “fora do ensino formal”, e estabelece como objetivo erradicar o analfabetismo funcional.

Porém, especialistas ressaltam que nenhuma diretriz incluída aborda especificamente o problema dos adultos analfabetos, que exigem uma abordagem de ensino muito diferente. Além disso, segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) de 2018, três em cada dez brasileiros entre 15 e 64 anos eram considerados analfabetos funcionais.

Letramento x literacia

Presente na BNCC, a palavra “letramento” não aparece no rascunho feito pelo MEC. O termo diz respeito ao ensino das funções sociais da linguagem e da escrita. Essa mudança contempla um dos argumentos que o secretário de Alfabetização do MEC Carlos Nadalim já tornou públicos em suas redes sociais. Em um vídeo publicado em 2018, batizado de “Letramento, o vilão da alfabetização no Brasil”, ele diz que considera o letramento “uma reinvenção construtivista da alfabetização”, que “sobrealimenta o papel das funções sociais da linguagem”.

Ele argumenta, no vídeo, que os problemas enfrentados pelas turmas de alfabetização hoje indicam que as crianças “precisam de um ensino explícito da decodificação”.

Um termo que não está na BNCC e foi incluído no rascunho é a “literacia”. Apesar de ser considerada por alguns dicionários como sinônimo de “letramento”, a literacia é definida na proposta de decreto como o “conjunto das habilidades de leitura e de escrita

que englobam a identificação e o reconhecimento de palavras escritas, o conhecimento da ortografia das palavras e a aplicação aos textos dos processos linguísticos e cognitivos de compreensão, bem como a prática produtiva da leitura e da escrita, que envolve atividades de aquisição, transmissão e produção de conhecimento”.

Na entrevista publicada pelo próprio MEC, Sargiani cita duas modalidades de literacia, a familiar, que, segundo ele, seria o que os pais fazem em casa para estimular o desenvolvimento da linguagem oral dos filhos, e a literacia emergente, que são habilidades desenvolvidas na pré-escola que ajudam no ensino de alfabetização no fundamental.

Sealf x SEB

O rascunho foi elaborado por um grupo de trabalho (GT) da Secretaria de Alfabetização (Sealf), pasta criada em janeiro para dar ênfase à nova política. Segundo o MEC, o GT ouviu entidades de gestores estaduais e municipais. Em fevereiro, a secretaria realizou uma reunião para ouvir considerações de especialistas em diversas abordagens interdisciplinares. Seis deles foram chamados e tiveram cerca de meia hora para expor seus comentários e apresentar estudos a respeito do tema.

O G1 ouviu mais de uma pessoa presente na reunião. Segundo elas, o encontro durou cerca de três horas, nas quais os membros do ministério afirmaram que tinham o objetivo de publicar um decreto com a nova política de alfabetização dentro dos 100 primeiros dias do governo, mas não deram informações sobre o conteúdo do documento nem fizeram perguntas específicas.

O encontro contou com a participação de membros da Sealf e da Secretaria-Executiva, mas foi feito sem a presença do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez e de representantes da Secretaria de Educação Básica (SEB), responsável pelas políticas de ensino infantil, fundamental e médio, o que inclui as séries envolvidas no processo de ensino da leitura e da escrita.

Fontes ouvidas pela reportagem afirmaram que a elaboração do rascunho também ficou restrita à Sealf e à chefia de gabinete do ministério, e não passou por análise da SEB antes de ser encaminhada à Casa Civil.

Esse não é o primeiro registro da falta de articulação entre a Sealf e as demais áreas do MEC. No mês passado, uma portaria publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) levou ao pedido de demissão da então secretária da SEB, Tania Leme de Almeida. A portaria adiava a aplicação da avaliação de alfabetização, o que não havia sido discutido dentro da SEB. No dia seguinte, o presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues foi demitido por, segundo o ministro, “puxar o tapete”. Por sua vez, Rodrigues disse que fez a mudança a pedido de Nadalim. O secretário de Alfabetização, porém, se manteve no cargo.

Métodos de alfabetização

Segundo especialistas na área consultados pelo G1, os métodos de alfabetização dividem-se em dois grandes grupos:

a) sintéticos: O caminho do processo de aprendizagem começa das menores partes

constitutivas da língua para, daí, caminhar para partes maiores. O professor pode optar por apresentar primeiramente as letras do alfabeto (método alfabético), os sons que cada letra representa (método fônico) ou as sílabas formadas (silábico). Só depois partirá para palavras, frases e textos.

b) analíticos: Nesse caso, o caminho é inverso. Os docentes começam com um texto (contos, histórias) ou com uma frase. A partir disso, apresentam as palavras, sílabas, sons e letras. Nesta categoria, entra o método global.

Abaixo, veja resumidamente mais informações sobre cada método:

MÉTODO ALFABÉTICO

Abordagem: Ele centra a atenção do aluno em unidades menores da língua: as letras do alfabeto. O professor propõe que as crianças aprendam os nomes das letras, reconheçam cada uma fora da ordem e solem os nomes dos colegas. Depois, incentivam que a turma encontre as vogais e consoantes em palavras ou textos.

Críticas: O método é apontado como descontextualizado, já que inicia o ensino com letras – que, sozinhas, não têm significado próprio. Especialistas também afirmam que há o incentivo à memorização do alfabeto, em vez de estimular o uso social da língua.

MÉTODO SILÁBICO:

Abordagem: Primeiramente, são ensinadas as famílias silábicas (ba, be, bi, bo, bu, por exemplo). Depois, as palavras. O aluno consegue, portanto, formar palavras e frases simples no início: “O bebê babou”. Depois, com mais sílabas apresentadas, as sentenças ficam mais complexas.

Críticas: O fato de apenas poder formar frases com as sílabas que já foram aprendidas pode tornar o processo de alfabetização mecânico e descontextualizado.

MÉTODO FÔNICO

Abordagem: Ele parte do ensino dos sons das letras. “O princípio do método é que uma das aprendizagens que a criança precisa ter para se alfabetizar é entender a escrita como um código”, afirma Alessandra Seabra, professora da pós graduação de distúrbios de desenvolvimento na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP).

Os sons das letras são apresentados, por exemplo, junto a outros elementos. Em uma aula sobre “m”, o professor mostra imagens do “mmmacaco”, do “mmmartelo”, “do mmmenino”. “São desenvolvidos trabalhos de percepção de fonema”, afirma Seabra.

Dessa forma, o aluno aprende que aquele som “mmm” é representado por uma letra chamada M. Quando for escrever “morango”, vai pensar nos sons que compõem a palavra. “Que letra tem o som mmmo? O M”.

Críticas: A principal crítica ao método fônico é sobre focar em unidades muito abstratas da língua: os fonemas. O método tornaria a alfabetização um ato mecânico. Seabra rebate, dizendo que é possível apresentar os sons das palavras de forma lúdica, com leitura de contos, cantigas, nomes dos amigos da turma.

MÉTODO GLOBAL

Abordagem: O método global parte do todo (texto, frase) para as partes (palavras, sílabas, letras, sons). Somente após um contato intenso com um conto, por exemplo, ele

seria “decomposto” e a criança analisaria os detalhes. O foco, nesse caso, é a compreensão e a atribuição de sentido ao que é apresentado à sala. A ideia é ser um método que priorize a compreensão. É importante reforçar que, embora seja frequente a associação com o construtivismo, não há essa relação imediata ou obrigatória com a filosofia.

Crítica: Apesar de o foco, em tese, ser a atribuição de sentido à alfabetização, alguns professores usam textos fora do universo infantil para apresentar a escrita e a leitura.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pode recomendar a rejeição do trecho da reforma da Previdência que trata da aposentadoria dos professores. Segundo a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), a comissão pretende sugerir uma nova redação para esse trecho da reforma, mas ainda não há uma proposta consolidada.

“Isso será decidido na própria comissão. A maioria dos deputados aponta para isso [rejeição], mas ainda haverá uma decisão”, disse Rosa Neide, que presidiu hoje (4) a primeira audiência pública sobre a reforma da Previdência e seus impactos sobre os professores.

Para ajudar na elaboração das sugestões, a comissão pediu à Consultoria Legislativa da Casa um estudo sobre os impactos das mudanças referentes à categoria que constam da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19.

Na audiência desta quinta-feira, a PEC foi criticada tanto pela maioria dos palestrantes quanto pela maioria dos parlamentares presentes. “Vai ter impacto na atratividade de jovens para a carreira, que já é pouco atraente em função do desgaste físico, dos salários baixos e da grande diferença em relação às demais carreiras com o mesmo nível de formação”, afirmou Luiz Alberto dos Santos, membro do Corpo Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Atualmente, apenas 3,3% dos estudantes brasileiros de 15 anos querem ser professores. Quando se trata daqueles que querem ser professores em escolas, na educação básica, que vai do ensino infantil ao ensino médio, esse percentual cai para 2,4%, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Professoras

Entre os pontos mais criticados na proposta de reforma da Previdência está o fim da diferença entre homens e mulheres na idade de aposentadoria. A idade mínima para aposentadoria de professores passaria a ser de 60 anos e o tempo de contribuição, de 30 anos, para ambos os sexos.

Pelas regras atuais, as professoras podem dar entrada no benefício com tempo de contribuição mínimo de 25 anos e os professores, com 30 anos. Para os profissionais de escolas públicas, onde trabalha a maioria dos docentes, a idade mínima é de 50 anos para mulheres e 55 anos para homens.

Isso significa que as professoras passarão a aposentar 10 anos mais tarde do que hoje e os professores, cinco anos mais tarde. “A proposta está exigindo maior esforço das

mulheres brasileiras”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo.

De acordo com Alessandro Roosevelt, assessor da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, a equiparação se deu seguindo modelos de outros países, onde não há diferenciação entre homens e mulheres.

Ele disse que o objetivo inicial do governo era acabar com a diferenciação em todas as aposentadorias. “Hoje sabemos que essa discussão ainda está muito crua para ser colocada no Congresso. Como professores já têm redução [em relação às demais categorias] na questão da idade, não teria muita lógica essa separação”, afirmou.

A idade mínima dos professores é inferior à proposta, no geral, pela PEC, que estabelece a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

Salário integral

Pela proposta em tramitação, professores receberão, ao se aposentar, 60% da média salarial mais 2% por ano de contribuição que exceder a 20 anos. Ou seja, com o tempo de contribuição mínimo de 30 anos, os professores se aposentarão recebendo 80% da média salarial. Para receber 100% da média salarial, será necessário trabalhar 40 anos. Haverá um processo de transição até a regra ser totalmente implementada.

Caso um professor comece a trabalhar aos 25 anos de idade, terá que trabalhar até os 65 anos para receber a média de todos os salários que ganhou.

Atualmente, os professores da rede pública recebem, ao se aposentar, a integralidade da média salarial. Os demais professores estão sujeitos ao regime geral, que usa o chamado fator previdenciário, que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de sobrevivência. No caso dos professores, são acrescidos ao cálculo cinco anos de contribuição no caso dos homens e dez anos, no caso das mulheres. O fator previdenciário incide sobre a média salarial.

Condições de trabalho

Heleno Araújo ressaltou que os professores brasileiros estão, no geral, expostos a condições precárias de trabalho, como falta de infraestrutura, e carecem de formação continuada adequada. Os salários também não são altos. Atualmente, o piso da categoria é R\$ 2.557,74.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham 25% menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. “O regime especial para professores não é privilégio, nem tampouco compensação. O direito à aposentadoria especial é questão de justiça”, afirmou Araújo.

Para Alessandro Roosevelt, é preciso melhorar as condições de trabalho dos professores para que a aposentadoria não seja uma fuga. “Tem que começar ao contrário, tem que fazer com que a pessoa tenha condição de trabalho melhor e, dentro dessa condição, a aposentadoria acaba sendo um prêmio. As pessoas estão vendo a aposentadoria como

fuga porque todo o período para trás é que é o problema.”

Os investimentos em educação, no entanto, não têm aumentado. De acordo com os últimos dados do Inep, o investimento público em educação caiu do equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país, em 2014, para 5,5% do PIB em 2015. Considerando apenas os gastos públicos com educação pública, esse investimento foi equivalente a 5% do PIB.

A meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, lei sancionada em 2014, é o investimento anual equivalente a pelo menos 10% do PIB em educação pública a partir de 2024. O plano estabelece ainda a meta intermediária de investimento de 7% do PIB em 2019.

Para o governo, a reforma da Previdência é uma forma de equilibrar as contas públicas e possibilitar o aumento do investimento em outras áreas. A versão original da proposta enviada ao Congresso prevê economia de R\$ 1,17 trilhão em dez anos.

Na audiência pública, Roosevelt colocou os técnicos do Ministério da Economia à disposição dos parlamentares para esclarecimento de dúvidas e disse que caberá a eles o aperfeiçoamento da medida.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Ricardo Vélez está por um triz

Depois de novas demissões no MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, voltou a ficar por um triz no cargo.

E a principal evidência é a queda do assessor especial do ministro, Bruno Garschagen, e a chefe de gabinete, Josie de Jesus.

Membros do governo, sobretudo os militares e Jair Bolsonaro, demonstram ter esgotado a paciência com o ministro.

Dessa vez, a pressão é causada pela fala em que o ministro defende uma revisão nos livros didáticos sobre o a ditadura militar. Vélez defende uma visão positiva do golpe de 1964.

Vélez já havia enfrentado crise semelhante há uma semana, quando .14 dos seus indicados foram demitidos.

E assim, o MEC fica paralisado novamente.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Alfabetização e a geleia geral

Uma das estratégias usadas para manter o status quo na discussão sobre alfabetização é tergiversar, ao invés de definir o conceito com clareza

Guerra à pobreza! Esse foi o slogan (War on Poverty) do movimento iniciado por Lyndon Johnson na década de sessenta. E 70 anos depois os Estados Unidos ainda figuram como uma das nações desenvolvidas com maior nível de pobreza e desigualdade. Slogans podem ser úteis para comunicar, mas não servem de guia para promover e avaliar políticas públicas. Entra a alfabetização.

De um lado, os segredos no MEC; de outro, os vazamentos de minutas do Decreto da Alfabetização – já vi duas minutas nas últimas semanas, vazadas via imprensa. Não cabe neste espaço identificar quem vaza e por quê – o Gabinete de Segurança Institucional certamente é o órgão certo para responder essas perguntas.

Uma das estratégias usadas para manter o status quo na discussão sobre alfabetização é tergiversar, ao invés de definir o conceito com clareza. Isso aconteceu nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais; no PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa; na BNCC – Base Nacional Curricular Comum; e nas expressões usadas no meio universitário e por algumas ONGS: alfabetizar é não apenas... mas também... Ou, então, eufemismos como “alfabetização plena”. Tudo, claro, sem definição rigorosa.

Entra o MEC. Na versão recém-vazada, são introduzidos novos termos. Um deles é o complemento ‘ler e escrever... de maneira autônoma’. Alguém se habilita a definir o que seria “de maneira autônoma”?

Entram as evidências. Como parte de um estudo em fase de publicação, analisamos os resultados de alunos do 1º ao 5º ano em um teste de ditado e outro de redação: só os alunos que melhoram significativamente no ditado conseguem fazer algo de redação, comprovando a diferença elementar de que escrever é diferente de redigir, da mesma forma que ler é diferente de compreender. Introduzir palavras como “de maneira autônoma” contribui apenas para manter a confusão conceitual que reina no país há pelo menos 40 anos. A Ciência Cognitiva da Leitura permite definir, com clareza, o que é alfabetizar, sem precisar de adjetivos, complementos ou ornamentos de qualquer tipo.

Mas a nova versão do Decreto que circula não para por aí – é bem mais estabanada do que seria de se esperar. Dela constam novos termos como “analfabetismo absoluto, alfabetizar principalmente no 1º ano, alfabetização nas séries iniciais, literacia, analfabetismo funcional”. E, para complicar, diz que tudo será feito mediante adesão voluntária das redes de ensino, ao mesmo tempo em que assegura que irá erradicar o analfabetismo (mas não sabemos qual deles). E tudo isso sem mexer na BNCC, no PNLD e na Prova Nacional de alfabetização.

Querem bacalhau? Distintíssimo público, o espetáculo continua!

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Uma em cada três matérias são ministradas por professores sem formação específica, segundo dados

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) liberou dados do Censo Escolar da Educação Básica referentes ao ano de 2018. A pesquisa levou em consideração informações de escolas públicas e particulares para mensurar a qualidade da educação do País. Entre os principais dados informados no documento, o que mais chamou atenção é aquele que revela que uma a cada três matérias lecionadas é ministrada por professor sem formação específica.

Ao menos uma a cada três matérias ministradas em escolas de todo o país é coordenada por docentes sem formação na área, e os dados relacionados variam de acordo com a

etapa do ensino. No ensino fundamental, somente 58% das disciplinas são lecionadas por professores capacitados na área. Já no ensino médio, a porcentagem chega a quase 62%.

Nos primeiros anos do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, cerca de 63% das matérias são ministradas por professores devidamente licenciados. Nos anos finais, do sexto ao nono ano, essa porcentagem cai para 51,7%, demonstrando que quase metade das disciplinas é ministrada por professores que não tiveram formação na área.

Ausência de capacitação varia de acordo com a região

A situação varia consideravelmente de acordo com as regiões do Brasil. A maioria das matérias oferecidas por professores devidamente formados na área se concentra no Sudeste. Na região, a soma de todas as etapas de ensino indica que 67% das disciplinas estão nas mãos de professores especializados. O Nordeste, por outro lado, tem os piores indicadores. Nos últimos anos do ensino fundamental, apenas 33,6% das disciplinas são ministradas por professores com formação específica.

No total, o Brasil conta com 762.884 professores de educação básica, segundo o Censo. Do montante, pouco mais de 77% contam com licenciatura em alguma área, 6,3% ainda estão na graduação, 1,2% contam com apenas um bacharelado e 11% possuem magistério ou formação tradicional. Por outro lado, 4,3% têm apenas o ensino médio ou inferior. Desde 2014, todas as formações estão apresentando diminuição, exceto aquela dos profissionais licenciados, cuja porcentagem era de 71,5% cinco anos atrás.

Capacitação estrutural das escolas

O Censo realizado pelo Inep também divulgou informações acerca da estrutura das escolas. A pesquisa mostra que apenas 63,4% dos edifícios públicos estão equipados com acesso à internet. Entre as escolas particulares, o dado chega a 96% (apenas no ensino fundamental). Em relação ao ensino médio, as porcentagens são de, respectivamente, 93,6% e 98,7%.

Por outro lado, apenas 8% das escolas públicas contam com laboratório de ciências no ensino fundamental. A porcentagem sobe para 38,8% no ensino médio. Já nas instituições privadas, a porcentagem é de 26,3% para o ensino fundamental e 57,2% para o ensino médio.

A importância dos cursos de capacitação para a melhoria do ensino do país. Tendo em vista os números alarmantes acerca da porcentagem de matérias que são ministradas por professores que não contam com a capacitação necessária, é visível o quanto a aplicação de treinamento, como com os cursos livres com certificado, é fundamental para a melhoria da educação no país.

Encontre cursos para capacitação de professores no Estude Sem Fronteiras. Por meio do Portal Estude Sem Fronteiras, pertencente à Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, os professores e profissionais de ensino têm acesso a mais de 750 cursos de Aperfeiçoamento, Extensão ou Pós-graduação.

Navegue pelo site para conferir todas as opções.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Culpa por Ricardo Vélez e Ernesto Araújo não é de Olavo, mas de Bolsonaro

Diante do risco de paralisia e vexame, o governo Bolsonaro resolveu decretar "intervenção militar" no Ministério da Educação, nomeando o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira para o cargo de secretário-executivo. Discípulos do polemista de extrema-direita Olavo de Carvalho, que haviam sido indicados para cargos estratégicos, têm sido substituídos.

Enquanto isso, o comandante da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, tornou-se um morto-vivo na Esplanada dos Ministérios. Em uma de suas últimas cartadas para permanecer no cargo, afirmou, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que os livros didáticos passarão a explicar que não houve golpe em 1964, muito menos ditadura. Ou seja, pirou de vez.

A ala militar do governo, que tem sido responsável por conter e corrigir comportamentos erráticos e perigosos do presidente da República, de seus filhos e assessores, está em conflito com a ala ideológica – que não tem muito compromisso com a História, tampouco com os fatos. "Quem diria que teríamos que contar, no final, com os generais", disse, em tom de galhofa, um deputado tucano em conversa com este blog. "Imagina se fossem mais oito ministros iguais ao Vélez ou ao Ernesto ao invés dos militares que ocupam essas cadeiras."

Na manhã desta quinta, o chanceler Ernesto Araújo defendeu, em audiência no Senado Federal, espaço para uma revisão histórica a fim de incluir a noção de que o nazismo era um movimento de esquerda. Com isso, os grupos neonazistas de extrema direita que caçam minorias Brasil afora agradecem a passada de pano. Ele, que também foi indicação de Olavo, segue estridente, mas com poder relativo. Quem dá a última palavra sobre a Venezuela são os militares. E sobre viagens e reuniões do presidente, o deputado federal e filho caçula, Eduardo Bolsonaro.

Olavo de Carvalho, porta-voz e guru da ala ideológica, chama os militares de "bando de cagões. Diz que seu mais recente desafeto, o general e ministro-chefe da Secretaria de Governo, Santos Cruz, "simplesmente não presta". Bolsonaro assiste a tudo em silêncio, inclusive as novas mudanças no MEC. Talvez ninguém tenha lhe explicado que a tática do "dividir para governar" era para os inimigos, não os aliados. Ou ele está esperando ver quem vence a disputa para chamar a governar o país ao seu lado.

Dizer que as nomeações equivocadas para cargos públicos, nomeações que criam problemas para o país, são culpa da influência de Olavo de Carvalho seria dar a ele uma importância que não tem. O polemista é útil para a Presidência da República, pois alimenta a massa de seguidores de extrema direita que, assim, permanecem fiéis a Bolsonaro, e gera os ruídos junto à esfera pública que ele precisa para governar. Mas é Jair quem decide em última instância e é dele, e não do polemista, a responsabilidade pelas escolhas erradas para o país.

Não duvido que o presidente tomaria uma distância de segurança dele caso o contexto mudasse e Olavo deixasse de ser um instrumento útil para se tornar um fardo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fala de Vélez em defesa de 64 agrava crise no MEC

Ao prometer visão positiva da ditadura em livros didáticos, ministro da Educação irrita até militares, vê pressão contra sua permanência no cargo aumentar e tem mais dois indicados por ele exonerados. A fala do ministro da Educação em defesa do golpe militar de 1964 acirrou ainda mais a crise que paralisa a pasta e que opõe olavistas e militares no centro do governo de Jair Bolsonaro. O caso pode significar a gota d'água para a demissão de Ricardo Vélez, afirma a imprensa brasileira.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico na quarta-feira (03/04), o ministro ecoou declarações do próprio presidente de que não houve golpe de Estado há 55 anos e afirmou que a ditadura que se seguiu à tomada do poder pelos militares foi um "regime democrático de força".

Vélez disse ainda que, para que as crianças possam ter uma "ideia verídica do que foi a sua história", seu ministério realizará "mudanças progressivas" nos livros didáticos para alterar a maneira como o golpe e ditadura militar são retratados nas escolas brasileiras.

O jornal Folha de S. Paulo publicou que, "numa ironia", as declarações do ministro irritaram a cúpula militar brasileira, que já pede a saída dele do cargo. "Eles farão chegar ao presidente Jair Bolsonaro que a paciência com o ministro acabou", diz o diário.

Segundo a reportagem, na visão de integrantes da ativa e do núcleo militar do governo Bolsonaro, a fala de Vélez é apenas uma tentativa do ministro de se manter no cargo.

O colunista do jornal O Globo Bernardo Mello Franco também diz que as afirmações do ministro não passam de uma "tentativa desesperada de bajular os generais do governo, que já pediram sua cabeça ao presidente Jair Bolsonaro".

"Depois dessa entrevista, Vélez não poderá reclamar se for chamado de lambe-botas. É isso o que ele está fazendo em busca de apoio para continuar no MEC", escreve Mello Franco.

Se a tentativa era se segurar no posto, ela parece ter saído pela culatra. A principal evidência do enfraquecimento do ministro está na onda de demissões no alto escalão da pasta, que fez novas vítimas nesta quinta-feira com o afastamento de dois de seus indicados.

A Casa Civil divulgou a exoneração do assessor especial de Vélez, Bruno Meirelles Garschagen, e da chefe de gabinete, Josie de Jesus. As demissões foram assinadas pelo chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Garschagen era um dos principais assessores de Vélez, responsável pela comunicação e contato com a imprensa. Jornalista e ligado a Olavo de Carvalho, espécie de guru do bolsonarismo, ele é autor do livro Pare de acreditar no governo, de 2015.

Segundo o jornal Estado de S. Paulo, Garschagen teria participado da decisão de pedir às escolas brasileiras que filmassem seus alunos cantando o Hino Nacional e lendo uma carta escrita pelo ministro, que terminava com o slogan da campanha de Bolsonaro, "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". O ex-assessor nega participação.

O governo ainda não anunciou quem substituirá Garschagen na pasta. Para o cargo de chefe de gabinete, ocupando o lugar de Josie de Jesus, a Casa Civil nomeou o coronel da reserva da Polícia Militar Marcos de Araújo.

Desde que Vélez assumiu o MEC em 1º de janeiro, pelo menos 14 funcionários já foram dispensados de importantes cargos na pasta, em meio a uma queda de braço entre militares e seguidores do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho para ver quem toma as rédeas do ministério.

Enquanto isso, questões centrais de um dos setores com necessidades mais urgentes do Brasil deixam de ser discutidas. Uma verdadeira paralisia toma conta do MEC e já vem tendo impactos em diferentes áreas da educação.

A nomeação de Marcos de Araújo para a chefia de gabinete representa mais uma vitória para os militares nesse embate. Na semana passada, o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira havia sido nomeado secretário-executivo, o "número dois" da pasta.

O grupo vinculado às Forças Armadas entende que Vélez está refém do campo ideológico, o que impede o avanço de projetos desenhados antes de sua nomeação. Além disso, a imagem do ministro tem sofrido um desgaste contínuo em meio à série de polêmicas, o que desperta críticas até mesmo de políticos da base do governo.

O processo de desgaste culminou em sua participação em audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados na semana passada. Vélez foi duramente criticado por parlamentares, pela superficialidade das ideias apresentadas e a falta de clareza na apresentação de programas da pasta.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Defesa de 64 irrita militares, que pedem saída de Vélez do MEC

Numa ironia, a defesa feita por um ministro da Educação de que os livros escolares precisam ensinar que 1964 não registrou um golpe irritou a cúpula militar e pode ser a gota d'água no seu processo de fritura.

A Folha apurou que integrantes da ativa e do núcleo militar do governo Jair Bolsonaro que a afirmação feita na quarta (3) pelo ministro Ricardo Vélez sobre a narrativa histórica do golpe é apenas uma tentativa dele para manter-se no cargo. Eles farão chegar ao presidente Jair Bolsonaro que a paciência com o ministro acabou.

Isso porque os fardados, em sua maioria, compartilham a ideia de que o golpe militar que completou 55 anos no domingo passado (31 de março) foi um movimento decorrente de uma mobilização de parcela expressiva da população contra o que chamam de risco de tomada comunista do poder. A derrubada do governo de João Goulart e os subsequentes 21 anos de ditadura teriam de ser inseridos nessa visão, segundo essa interpretação.

É também consenso entre oficiais gerais das três Forças, de forma mais preponderante no Exército, de que os livros de história contam a narrativa dos derrotados de 1964, que passaram a ser vitoriosos na Nova República pós-1985. Assim, em outras circunstâncias, Vélez teria tocado música para essa plateia.

O problema é que o ministro está fazendo hora extra, como definiu um dos integrantes da cúpula militar. E se os fardados concordam com a essência, também estão de acordo com a ideia de que trazer o assunto à tona em plena semana seguinte ao 31 de março é um desgaste desnecessário. (...)

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vélez não aparece em primeira agenda positiva do MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, faltou à primeira agenda positiva da pasta desde o início do governo de Jair Bolsonaro. Em evento hoje, reservado a secretários estaduais e municipais de educação, o ministério anunciou R\$ 30 milhões para programas de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A divulgação foi feita pelo novo secretário executivo brigadeiro Ricardo Machado Vieira.

Era o que Estados e municípios pediam há tempos. O programa já existia no ano passado e não havia indicação de que ele continuaria na atual gestão. A BNCC foi aprovada em 2017 e determina os objetivos de aprendizagem para cada ano do ensino infantil e fundamental. Sem os recursos do MEC, no entanto, escolas públicas do País não conseguem elaborar seus currículos de acordo com a BNCC e nem formar professores para colocá-la em prática.

Uma versão para o ensino médio também foi aprovada no ano passado e agora o MEC anunciou verbas para esse nível de ensino (R\$ 5 milhões a mais dos já previstos pela gestão anterior de R\$ 58 milhões). Entre os objetivos estão elaborar itinerários formativos para o ensino médio, assim como pede a reforma do ensino médio, também instituída pelo governo anterior.

Até então, não havia qualquer declaração da atual gestão sobre as políticas tidas como essenciais para a educação atual, como a BNCC e a reforma do ensino médio. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, integrantes do MEC ligados ao guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, defendem que o MEC não prossiga com essas políticas. Na apresentação do brigadeiro, no entanto, foi dito que a pasta vai incentivar os Estados e municípios a seguir as novas diretrizes da BNCC.

Não foi mencionado aos secretários porque o ministro Vélez não estava presente. Hoje, um de seus principais assessores (ligado a Olavo) foi exonerado, o que demonstra mais ainda seu enfraquecimento. A intenção dos grupo dos militares era justamente que o brigadeiro Machado Vieira tocasse os programas parados do MEC e impedisse o ministro de entrar em polêmicas.

Mesmo assim, ontem, em entrevista ao Valor Econômico, Vélez afirmou que os livros didáticos podem ser mudados para ensinar que não houve golpe em 1964 nem ditadura militar. A BNCC indica que na disciplina de História, no 9º ano do fundamental, deve ser discutida a "ditadura civil-militar e os processos de resistência". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministério da Educação troca chefe de gabinete por militar

O Ministério da Educação (MEC) sofreu mais duas baixas. Foram demitidos o assessor especial do ministro, Bruno Garschagen, e a chefe de gabinete, Josie de Jesus,

substituída por mais um nome militar na pasta.

As exonerações foram publicadas no Diário Oficial da União desta quinta-feira (4) e assinadas pelo chefe da Casa Civil Onyx Lorenzoni.

Josie de Jesus era ex-funcionária do Centro Paula Souza, em São Paulo, e ficou menos de um mês no cargo. Ela teve a nomeação publicada no dia 11 de março. No lugar dela, o MEC anunciou Marcos de Araújo, ex-subcomandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal e professor da Academia dos Bombeiros de Brasília.

Ele entra na pasta uma semana depois de o também militar Ricardo Vieira Machado assumir como secretário-executivo, a posição número 2 do MEC. O cargo estava vago desde o dia 12.

Assessor especial do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Garschagen também é considerado muito próximo do guru de Bolsonaro, Olavo de Carvalho. O assessor permaneceu na função por dois meses, tendo sido nomeado em 30 de janeiro.

Ele é formado em direito, tem mestrado em ciências políticas e é autor de um livro intitulado "Pare de acreditar no governo". A pasta ainda não anunciou um novo nome para o lugar de Garschagen. (...)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Ditadura revista em livros didáticos

Em entrevista ao jornal O Valor, ministro da Educação, Ricardo Vélez, disse que haverá mudança na forma como é tratado o golpe de 1964 no Brasil

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu.

A declaração ocorreu em urna entrevista do ministro ao jornal Valor Econômico, publicada ontem.

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim urna "mudança de tipo institucional".

Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam "progressivas", e devem ocorrer "na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história". Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é "regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história".

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos. O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abra-le), Cândido Grangeiro, ressaltou que todo e qualquer livro didático deve, por

regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

"O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa", disse Grangeiro.

"A Abrali é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões."

(Agência Estado)

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Descontos de até 70% em ensino à distância

Em disputa por alunos, universidades oferecem cada vez mais facilidades

O estudante interessado em fazer uma graduação à distância pode conseguir até 70% de desconto, no caso de cursos para tecnólogos, ou 52%, para bacharelados. As informações constam em levantamento exclusivo realizado pelo Quero Bolsa a pedido do EXTRA. De acordo com o diretor de inteligência educacional da Quero Educação, Pedro Balerine, há uma discrepância na oferta e na procura, por causa de um surto de novos cursos.

— Em maio de 2017, um decreto de regulamentação do ensino a distância no país (EAD) flexibilizou parâmetros e tornou mais fácil abrir polos de apoio presencial. Mesmo que a demanda tenha subido, a concorrência subiu bem mais, o que afeta a precificação. Há descontos mais agressivos e turmas reduzidas — explicou o diretor.

A medida do governo federal diminuiu os trâmites burocráticos: antes, o polo precisava ser avaliado in loco pelo ministério para obter a liberação. Depois do decreto, a abertura de polos ficou vinculada apenas a indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação. As instituições de ensino com conceito 3 podem abrir 50 polos por ano; as com 4 podem abrir 150, e as que tem conceito 5, 250 polos.

A Estácio abriu 421 polos desde julho de 2017. Atualmente, a instituição conta com mais de 600 e ampliou de 40 para 150 os cursos oferecidos de graduação e pós-graduação (latu sensu) à distância.

— No Rio, um curso de administração pode custar R\$ 200. Existe uma tendência do ser humano de associar o baixo preço à baixa qualidade, mas o preconceito está desaparecendo. Este ano, as estatísticas mostraram que 40% das matrículas foram de EAD. Creio que, em 2020, a modalidade já consiga equiparação à procura pelos cursos presenciais — aposta Balerine.

Na Unicarioca, há descontos de 50% que valem durante todo o curso de EAD. A Unisiam tem 17 cursos completamente a distância nas áreas de Educação e Tecnologia. No primeiro lote, os cursos estão sendo ofertados por R\$ 205,00 mensais. Na Unigranrio, os candidatos que ingressarem até a próxima segunda-feira terão 50% de desconto na matrícula e 20% no primeiro ano. Já a faculdade Presbiteriana Mackenzi adota a política de desconto flexível de até 20% na mensalidade.

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Livros didáticos terão revisão do regime militar, diz Vélez

Segundo Ministro da Educação, crianças precisam ‘ter a ideia verídica do que foi a História’

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou ontem que os livros didáticos passarão por uma revisão para que as crianças “possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua História”. Em entrevista ao “Valor”, Vélez citou como exemplos o golpe de 1964, que classificou como constitucional, e a ditadura militar, que disse ter sido “um regime democrático de força”.

— (O golpe) Foi uma votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente. Era a Constituição da época e foi seguida à risca. Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição da época, não — analisou o ministro, segundo quem a ditadura surgiu “de uma composição e de uma decisão política (...) em que o Executivo chamou a si mais funções”.

O atual dirigente do MEC disse que cabe aos historiadores fazer “a reconstituição desse passado para realmente termos consciência do que fomos, do que somos e do que seremos” e que, com essa revisão, os livros didáticos teriam “mudanças progressivas”.

— O papel do MEC é garantir e regular a distribuição do livro didático, e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua História — afirmou.

Para Carlos Fico, professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um dos principais pesquisadores sobre o período, a fala do ministro é “lamentável” e “insulta a História brasileira”:

— É um insulto à inteligência e uma afirmação da ignorância. É tentar negar o que é inegável. Além de um desconhecimento da pesquisa de história e do material didático brasileiro, que tem pesquisas muito críticas a este período e sem ocultar aspecto nenhum. A produção didática não é esquerdista, ela também vê de maneira crítica a esquerda. Temos títulos que são muito criticados pela esquerda.

topo 

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Estudantes poderão renegociar dívida do Fies

A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes

Estudantes que têm dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão solicitar a renegociação dos valores devidos entre os dias 29 de abril e 29 de julho.

O prazo foi divulgado ontem, 3, em portaria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução do programa.

As regras para a renegociação foram divulgadas no ano passado. Podem ser renegociados os contratos com atraso no pagamento de pelo menos 90 dias e que ainda estiverem no período de amortização e não tenham sido alvo de ação judicial pelo agente financeiro.

A medida vale para os contratos de financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017.

Os contratantes do Fies terão duas opções: o parcelamento, que permite estender o

prazo de pagamento da dívida para até 48 parcelas mensais, além de incluir os estudantes com contratos mais antigos na campanha de renegociação; e o reescalonamento, que possibilita diluir os valores em atraso nas parcelas a vencer.

Para isso, deverá ser paga uma parcela de entrada, em espécie, correspondente ao maior valor entre 10% do valor consolidado da dívida vencida e R\$ 1 mil.

O valor da parcela mensal de amortização resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200, mesmo que implique a redução do prazo remanescente contratual.

O estudante financiado interessado em renegociar a dívida com o Fies deverá apresentar-se na agência bancária onde firmou o contrato, com um ou mais fiadores, cuja renda não poderá ser menor do que o dobro do valor da nova prestação calculada, respeitando o tipo de garantia contratada.

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior.

O programa foi reformulado em 2017 e, a partir de 2018, passou a ofertar financiamentos em duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

A segunda é a denominada P-Fies, destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes.

Neste ano, o Fies oferece 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies, de acordo com o MEC.

topo 

O TEMPO - MG - BRASIL

MEC quer mudar livro didático para impor versão sobre golpe `Foi um regime democrático de força, disse ele, ao defender mudança

Crise na educação. Vélez diz a jornal que visão do governo é de que não houve ditadura no país após 1964

BRASÍLIA

Em mais uma polêmica entrevista, desta vez ao jornal Valor", o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que "haverá mudanças progressivas" nos livros didáticos para que "as crianças possam ter a ideia verídica, real", do que foi a sua história. Vélez falava especificamente sobre como o golpe militar de 1964 e a ditadura são retratados, hoje, nas escolas.

O ministro disse discordar dessas duas premissas, segundo a reportagem: para ele, não houve golpe em 31 de março daquele ano nem o regime que o sucedeu foi uma ditadura.

"A história brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis", disse. "Foi a votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente. Era a Constituição da época e foi seguida à risca. Houve uma

mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição da época, não."

Sobre o regime militar, que perdurou até 1985, ele afirmou que surgiu "de uma composição e de uma decisão política em que o Executivo chamou a si mais funções".

"Foi um regime democrático de força, porque era necessário nesse momento", afirmou ao jornal. Segundo Vélez, caberá aos historiadores fazer "a reconstituição desse passado para realmente termos consciência do que fomos, do que somos e do que seremos".

VIAGEM A PARIS. Afundado em uma crise de gestão sem precedentes, o Ministério da Educação cancelou a viagem a Paris de três assessores ligados ao escritor Olavo de Carvalho. O jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou, na edição de terça-feira, que uma decisão anterior do MEC de bancar os custos de passagens e diárias da equipe, entre os dias 6 e 14 deste mês na capital francesa, causou incômodo no governo, que não consegue por fim a uma crise de gestão no ministério.

O despacho cancelando a viagem foi assinado por Ricardo Machado Vieira, secretário-executivo do MEC, segundo posto na hierarquia da pasta. Tenente-brigadeiro, ele assumiu o cargo na semana passada, em meio à disputa entre militares e "ola-vistas" por influência e espaço na estrutura da pasta.

Esse grupo é apontado como um dos pivôs da crise que se instalou no ministério, iniciada quando o ministro enviou uma carta às escolas, sugerindo que crianças fossem gravadas cantando o Hino Nacional.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Corte de verba agrava o quadro da produção científica brasileira

CNPq terá recursos para auxiliar alunos e pesquisadores somente até julho

BRASILIA. O corte de 42,2% no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), confirmado na semana passada em decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), ameaça o pagamento de bolsas de estudo e, por extensão, a produção científica brasileira. A informação é do jornal "O Globo".

Segundo a reportagem, o alerta foi feito pelas principais entidades científicas do Brasil, preocupadas com a redução de verbas destinadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O recurso disponível cobrirá apenas auxílios a alunos e pesquisadores até julho. Com o corte, o setor ficará sem verba no restante do ano.

Subordinado ao MC-TIC e principal órgão de fomento à pesquisa científica do país, o CNPq, que fornece em torno de 80 mil bolsas e garante 11 mil projetos, iniciou o ano com um rombo no orçamento de R\$ 300 milhões e a estimativa de garantir o pagamento das bolsas até setembro. Com o novo corte, a situação se agravou.

"Este corte prejudica a formação de pesquisadores que poderiam contribuir para áreas críticas ao progresso do país, como o desenvolvimento de remédios que permitam enfrentar epidemias ou tecnologias para aumentar a segurança de barragens", disse o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich.

Segundo ele, é bem provável que os alunos de pós-graduação deixem os estudos,

"porque precisam de recursos para sobreviver", e os bolsistas que estão no exterior retornem ao Brasil.

O presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela, projeta também uma piora na área científica brasileira em 2019 por conta da redução de recursos. "Não estou vendo disposição da área econômica do governo para resolver esta conta", criticou. "Os bolsistas de mestrado ganham R\$ 1.500 mensais. Os alunos de doutorado, R\$ 2.200. No ano passado, em Minas Gerais, vi estudantes recebendo o auxílio com 15 dias de atraso e que tiveram dificuldade para pagar ônibus e comprar comida", afirmou.

REDUÇÃO

João Luiz Azevedo, que assumiu a presidência do CNPq em fevereiro, disse, em entrevista ao site GI, que só haverá dinheiro para pagar as bolsas de pesquisa até setembro. "De outubro em diante certamente não paga tudo, provavelmente paga muito pouco", ressaltou o dirigente ontem.

Além do corte nos recursos destinados a investimentos no setor, o CNPq enfrenta queda significativa em seu quadro de servidores desde 2012, quando foi realizado o último concurso público para a agência. A época, contava com 700 funcionários. Hoje, são 417, sendo que 45 estão cedidos para outras áreas do governo, e 74 já estão aptos à aposentadoria.

Carta

Setor faz apelo por décadas de esforço

BRASILIA. Na última segunda-feira, seis entidades científicas encaminharam ao governo federal uma carta em que destacam que "a formação de grupos de pesquisa competentes custou décadas de esforço nacional".

"São eles que permitem enfrentar epidemias emergentes, aumentar a expectativa de vida da população, buscar novas fontes de energia, garantir a segurança alimentar (...). Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país".

Entre as entidades estão o Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), o Fórum Nacional de Secretários Municipais da Área de Ciência e Tecnologia e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Como é a árvore genealógica dos acadêmicos no Brasil

Plataforma Acácia já mapeou mais de um milhão de conexões científicas. Dados podem contribuir para estudos de sociologia e história da ciência

Juliana Sayuri 03 Abr 2019 (atualizado 03/Abr 19h30)

O físico César Lattes (1924-2005), um dos mais importantes intelectuais brasileiros, possui ao menos 425 descendentes acadêmicos ao longo de cinco gerações, entre 1966 e 2017. São 7 "filhos" acadêmicos diretos, 75 "netos", 193 "bisnetos", 148 "trinetos" e 2 "tetranetos".

O “filho” mais jovem é o físico Anderson Campos Fauth, atualmente professor do Instituto de Física da Universidade de Campinas. Lattes orientou a dissertação de mestrado de Fauth, defendida em 1986.

O levantamento da genealogia acadêmica de César Lattes é um dos exemplos da Plataforma Acácia, um projeto da Universidade Federal do ABC, na região metropolitana de São Paulo.

As informações são coletadas a partir da Plataforma Lattes, do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que atualmente reúne mais de 6 milhões de currículos acadêmicos, de brasileiros e estrangeiros.

1.111.544

é o número de acadêmicos incluídos na plataforma

1.208.398

é o número de conexões acadêmicas mapeadas até agora

Pesquisadores da área de cientometria (a métrica da ciência) estão desenvolvendo algoritmos para identificar linhagens acadêmicas, a partir de dados sobre orientações de mestrado e doutorado no Brasil: orientadores são considerados “pais” ou “mães” de mestres e doutores orientados, que, por sua vez, podem gerar “netos” e dar continuidade à família acadêmica.

O que é a Acácia

Idealizada em 2016, a Plataforma Acácia lançou uma versão experimental em abril de 2018 e entrou no ar em março de 2019.

No site, é possível buscar informações individuais de pesquisadores e, no futuro, pretende-se facilitar o acesso a dados de departamentos, núcleos de pesquisa e universidades.

“Embora já possa ser consultada, a Plataforma Acácia continua em desenvolvimento”, afirmou à Revista Pesquisa Fapesp o coordenador do projeto, Jesús Pascual Mena Chalco, professor da UFABC, em março de 2019.

Além de Mena Chalco, o projeto conta com a participação dos doutorandos Luciano Rossi e Rafael J. Pezzuto Damasceno, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, e do estagiário Thomaz Soares.

A proposta é disponibilizar dados que podem contribuir na produção de indicadores para, por exemplo, direcionar políticas públicas, mapear a interdisciplinaridade das áreas e medir a influência de cientistas e seus “herdeiros” intelectuais nas gerações seguintes. Também pode contribuir para estudos de sociologia e história da ciência.

“O termo ‘acácia’ é uma inspiração da árvore ‘acácia’, uma espécie nativa do sudeste australiano. O formato da copa desta espécie assemelha-se com os grafos de genealogia acadêmica identificados no contexto brasileiro, ou seja, são compactos em termos de

altura, indicando que no Brasil a ciência é jovem (possui poucas gerações de doutores e mestres), mas largos, em termos de comprimento”, define o site.

Além dos dados colhidos no Lattes, o sistema pretende incluir 600 mil registros do banco digital de dissertações de mestrado e teses de doutorado da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e uma lista de integrantes da Academia Brasileira de Ciências, informou a Pesquisa Fapesp, em novembro de 2016.

Há exemplos de árvores genealógicas internacionais de economistas, matemáticos e neurocientistas. No Brasil, pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais estão desenvolvendo o projeto The Science Tree (árvore da ciência, em tradução livre), que pretende reunir informações de diversos países.

topo ↕

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

Palestra discute família e sexualidade no Musear

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realiza nesta quinta-feira (04), a palestra “Família, Amor e Preconceito: Homossexualidade, micro-hierarquias e micropolíticas da aceitação” O evento acontece às 19h, no Auditório do Museu de Etnologia e Arqueologia da UFMT (Musear). O evento é aberto para a comunidade e não necessita de inscrições prévias..

Ministrada pelo professor Leandro de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a palestra discutirá família, sexualidades e processos de construção da pessoa à luz da perspectiva da Antropologia das Emoções. A abordagem está amparada em pesquisa que teve como foco as relações entre pessoas LGBT e suas famílias de origem, explorando como as relações entre os domínios da família e da sexualidade são vivenciados entre esses sujeitos.

O evento conta com o apoio da Pró-reitoria de Ensino de Pós-graduação (Propg), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na mesma data, às 8h30, o docente participa da banca de defesa da dissertação “Assumindo em família: Homossexualidade e família de origem no Brasil contemporâneo”, que acontece no mesmo dia, às 8h30, no auditório da Secretaria de Tecnologia Educacional (Setec).

topo ↕

UFMG - NOTÍCIAS

UFMG seleciona pesquisadores para bolsas de mobilidade acadêmica financiadas pela Capes

Editais estabelecem regras para quatro modalidades; inscrições terminam no dia 15

Termina, no próximo dia 15, o prazo de inscrições para as bolsas concedidas pelo Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da **Capes**. A seleção interna, regulamentada por quatro editais, definirá doutorandos, doutores e professores contemplados com bolsas de mobilidade acadêmica.

A cada ano, durante um quadriênio, os editais serão abertos para novos candidatos. Dos 67 programas de pós-graduação elegíveis (com qualificação de 4 a 7), 57 integram o

programa. Juntos, eles desenvolvem 28 projetos associados a quatro grandes "desafios contemporâneos": Sustentabilidade, manejo de risco e governança; Novas tecnologias e fronteiras da ciência; Saúde e bem-estar; Direitos humanos.

Doutorado sanduíche no exterior

Para se inscrever na modalidade doutorado sanduíche, é imprescindível que o doutorando tenha matrícula regular. As bolsas terão duração mínima de seis meses e máxima de um ano, sendo vedada qualquer prorrogação. O estudante deverá retornar ao Brasil para integralização dos créditos e defesa da tese.

O doutorando não poderá acumular bolsa com outros fomentos provenientes da **Capes** ou de outras entidades da administração pública federal, estadual ou municipal. A seleção será realizada em quatro etapas, com previsão de resultado em 10 de julho. Mais informações estão disponíveis no edital.

Professor visitante no exterior

A chamada é destinada a professores em efetivo exercício na UFMG que desejam expandir suas pesquisas fora do país. A seleção é dividida em duas submodalidades: Professor Visitante Júnior (PVJ) e Professor Visitante Sênior (PVS). A primeira é para profissionais com até dez anos de doutoramento, e a segunda, acima de dez anos.

As bolsas serão concedidas independentemente da renda familiar do participante. No entanto, também não poderão ser acumulados fomentos provenientes da administração pública enquanto estiver em exercício no exterior. Informações adicionais podem ser consultadas no edital da seleção.

Professor visitante na UFMG

A seleção tem o objetivo de promover a participação de docentes e pesquisadores em atividades de curta duração na Universidade, como cursos, treinamentos, palestras ou seminários. As bolsas terão duração máxima de 15 dias. Não serão aceitas candidaturas de docentes brasileiros que estejam lecionando no exterior.

O proponente precisa atuar e residir fora do Brasil. Os aprovados poderão concorrer nas próximas chamadas, mas não podem ultrapassar três participações. Mais informações podem ser consultadas no edital.

Doutor com experiência no exterior

A chamada visa trazer doutores para atuação na UFMG em pesquisa e docência. Para se candidatar, os interessados precisam ter experiência acadêmico-científica comprovada (doutorado pleno, sanduíche ou pós-doutorado).

As ofertas são divididas em duas modalidades: Pós-doutorado, destinada àqueles que residem no Brasil ou exterior, e Jovem talento, aberta a pesquisador com atuação fora do país. A bolsa tem duração de doze meses, e os aprovados também poderão concorrer em futuras seleções, limitando-se a 36 meses de usufruto. Leia o edital.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril

Estudantes que têm dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão solicitar a renegociação dos valores devidos entre os dias 29 de abril a 29 de julho. O

prazo foi divulgado hoje (3), em portaria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução do programa.

As regras para a renegociação foram divulgadas no ano passado. Podem ser renegociados os contratos com atraso no pagamento de pelo menos 90 dias e que ainda estiverem no período de amortização e não tenham sido alvo de ação judicial pelo agente financeiro. A medida vale para os contratos de financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017.

Os contratantes do Fies terão duas opções: o parcelamento, que permite estender o prazo de pagamento da dívida para até 48 parcelas mensais, além de incluir os estudantes com contratos mais antigos na campanha de renegociação; e o reescalonamento, que possibilita diluir os valores em atraso nas parcelas a vencer.

Para isso, deverá ser paga uma parcela de entrada, em espécie, correspondente ao maior valor entre 10% do valor consolidado da dívida vencida e R\$ 1 mil. O valor da parcela mensal de amortização resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200, mesmo que implique a redução do prazo remanescente contratual.

O estudante financiado interessado em renegociar a dívida com o Fies deverá apresentar-se na agência bancária onde firmou o contrato, com um ou mais fiadores, cuja renda não poderá ser menor do que o dobro do valor da nova prestação calculada, respeitando o tipo de garantia contratada.

Fies

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O programa foi reformulado em 2017 e, a partir de 2018, passou a ofertar financiamentos em duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

A segunda é a denominada P-Fies, destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes.

Neste ano, o Fies oferece 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies, de acordo com o MEC.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Mais mudanças mostram enfraquecimento de Vélez; um de seus principais assessores é demitido

Mais mudanças hoje no Ministério da Educação (MEC) demonstram o enfraquecimento do ministro Ricardo Vélez Rodríguez. A Casa Civil exonerou um de seus principais assessores Bruno Garschagen, que era responsável pela comunicação e contato com a imprensa. Garschagen é jornalista e muito ligado a Olavo de Carvalho. É autor de um livro intitulado Pare de Acreditar no Governo. Os agradecimentos iniciais incluem o guru dos bolsonaristas “pela amizade” e o atual ministro “pelas preciosas observações e

sugestões”.

Garschagen, segundo o Estado apurou, foi um dos assessores que participaram da decisão de mandar às escolas a carta do ministro com slogan da campanha de Jair Bolsonaro e com pedido para que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional.

Seu livro pretende discutir a razão de os brasileiros odiarem os políticos, mas acharem “que cabe ao governo resolver os problemas sociais, políticos econômicos”. Ainda não foi nomeado ninguém para substituí-lo.

Para a chefia de gabinete do MEC, outro cargo muito próximo do ministro, foi nomeado mais um militar. Marcos de Araújo foi subcomandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal e professor da Academia dos Bombeiros de Brasília. Na semana passada, a Casa Civil nomeou o brigadeiro Ricardo Vieira Machado para ser o novo secretário-executivo. Quem estava no cargo de chefe de gabinete era Josie de Jesus, ex-funcionária do Centro Paula Souza, em São Paulo.

Ontem, em entrevista ao Valor Econômico, Vélz afirmou que não houve golpe militar em 1964 e que os livros didáticos teriam que incorporar essa visão. O posicionamento público, mais uma vez polêmico, causou estranheza já que a ideia do governo era que ele tentasse se manter longe dos holofotes. No entanto, há quem avalie que Vélz disse que não houve ditadura militar para ficar mais tempo no cargo, já que o discurso é o mesmo do presidente.

Depois da repercussão negativa de historiadores e especialistas da área, ele foi ao Twitter dizer que a ideia era “trazer uma visão mais ampla da história” depois de “passar por uma bancada de cientistas”.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Corte orçamentário de 42% em ciência e tecnologia preocupa entidades Durante a campanha, Jair Bolsonaro disse que meta era aumentar financiamento na área

São Paulo

As principais entidades científicas e de ensino superior do país criticaram, em carta conjunta, o congelamento de 42% das despesas de investimento do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) anunciado pelo governo federal na semana passada.

Segundo elas, áreas importantes como o enfrentamento de epidemias emergentes, a busca por novas fontes de energia e as pesquisas em segurança alimentar podem ser duramente afetadas.

"Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país", afirma o texto, assinado por Academia Brasileira de Ciências, Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outras.

O governo anunciou que congelaria R\$ 29,582 bilhões das despesas previstas para este ano em razão da revisão do cenário econômico, com menos crescimento e, por

consequência, menor arrecadação.

O congelamento representa 23% das despesas discricionárias (maneáveis e, por isso, sujeitas a corte) do governo.

Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), afirma que o contingenciamento pode impedir o pagamento de bolsas de estudo de pesquisadores.

Em novembro de 2018, os recursos de 2019 propostos para o CNPq, maior agência de fomento à pesquisa ligada ao governo federal, só conseguiriam garantir seu funcionamento até setembro, de acordo com o então presidente do órgão Marcelo Moraes.

Agora, Davidovich afirma que talvez só seja possível pagar as bolsas até julho. O CNPq é responsável por 72,8 mil bolsas de estudos e pelo financiamento de projetos de pesquisas em todo o país.

"Já estávamos no mínimo suportável. Agora, pode ser que quem está estudando fora tenha que voltar e quem está na pós-graduação tenha que procurar outro emprego", diz.

O CNPq afirma que ainda não recebeu do MCTIC a informação de reflexo do contingenciamento no órgão.

Na educação, o governo congelou R\$ 5,839 bilhões, o maior corte em termos absolutos e equivalente a 25% do valor previsto no Orçamento. Em termos percentuais, o maior bloqueio aconteceu no Ministério de Minas e Energia (79,5%). "Um corte desse atinge o país que sofreu com Brumadinho e tem barragens sob risco e impede o desenvolvimento de energias alternativas, elevando nosso atraso na área", diz Davidovich.

Durante a campanha presidencial, Jair Bolsonaro afirmou que tinham como meta elevar o financiamento para a área não só com recursos públicos mas especialmente com recursos empresariais para que 3% do PIB fosse investido em ciência e tecnologia. Hoje, porém, esse patamar atualmente está perto de 1,5%, com participação maior de recursos públicos. Na Coreia do Sul essa taxa é de 4%, na União Europeia, 3% e, em Israel, mais de 4%.

Segundo Davidovich, a experiência internacional aponta que cada dólar investido nessa área tem retorno de 3 a 8 vezes maior. "A crise é global, mas os países continuam investindo em ciência porque há retorno, porque eles aproveitam janelas de oportunidade e ganham protagonismo internacional, porque produzem seus próprios medicamentos e alimentos mais baratos. O Brasil está na contramão disso, e abrir mão desse investimento é condenar o Brasil a ser um país de 4º mundo."

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financia a inovação e a infraestrutura de pesquisa das instituições de ciência e tecnologia, teve mais de 80% de seus recursos contingenciados.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ministro da Educação quer revisão dos livros didáticos de História sobre o golpe e a ditadura militar

Em entrevista ao Valor, Ricardo Vélez afirmou que intervenção em 1964 foi constitucional e o regime posterior foi democrático

03/04/2019 - 20:34 / Atualizado em 04/04/2019 - 08:35

RIO - O ministro da Educação Ricardo Vélez afirmou ontem que os livros didáticos de História passarão por uma revisão para que as crianças "possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história" e citou como exemplo o golpe de 1964, que classificou como constitucional, e a ditadura militar, que disse ter sido "um regime democrático de força". A entrevista foi concedida ao jornal "Valor".

— Foi a votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente. Era a Constituição da época e foi seguida à risca. Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição da época, não — analisou Vélez.

O ministro também teceu comentários sobre como a ditadura teria sido, segundo sua visão, uma composição em que o Executivo chamou mais funções para si.

O atual dirigente do MEC disse que cabe aos historiadores fazerem "a reconstituição desse passado para realmente termos consciência do que fomos, do que somos e do que seremos", e que, com esta revisão, os livros didáticos teriam "mudanças progressivas".

— O papel do MEC é garantir a regular distribuição do livro didático e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história — afirmou ele.

Depois, tarde da noite, Vélez comentou a polêmica em sua conta no Twitter, tentando suavizar seu discurso:

"O que disse ao Valor foi que mudanças poderiam ser realizadas progressivamente, trazendo uma versão mais ampla da História, e só após passar por uma banca de cientistas da área. Doutrinação como foi feito pela esquerda, jamais!".

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Assessor especial de Ricardo Vélez no MEC é demitido pela Casa Civil Bruno Garschagen, um olavista, foi substituído por um militar; onda de exonerações evidenciam crescente fragilidade do chefe da Educação

RIO - A onda de demissões no alto escalão do Ministério da Educação (MEC) continua, tornando cada vez mais evidente a diminuição do poder do ministro, Ricardo Vélez, na pasta. Nesta quinta-feira, dia 4, foi publicada no Diário Oficial da União a exoneração do assessor especial de Vélez, Bruno Garschagen, um dos integrantes do ministério mais próximos do ministro e muito ligado ao ideólogo de direita Olavo de Carvalho. A demissão foi assinada por Onyx Lorenzoni, chefe da Casa Civil.

As informações foram publicadas no Blog Renata Cafardo, do "Estado de São Paulo". De acordo com o blog, Garschagen foi um dos assessores que participaram da decisão de enviar às escolas de todo o país uma carta do ministro com o slogan usado na campanha de Jair Bolsonaro à presidência, incluindo o pedido para que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional.

Bruno Garschagen se segurou dois meses no cargo, tendo sido nomeado em 30 de janeiro. É formado em Direito, mestre em Ciências Políticas e autor de um livro intitulado "Pare de acreditar no governo".

Ele também tem trabalhos como tradutor: fez a versão em português dos livros "Como ser um conservador", de Roger Scruton; "Uma teoria do socialismo e do capitalismo", de Hans-Hermann Hoppe; e "O fim do FED — Por que acabar com o Banco Central", de Ron Paul.

Não se sabe ainda quem ficará no lugar dele como assessor especial do ministro da Educação.

Militar assume chefia de gabinete

Outra demissão que chama atenção nesta quinta-feira, também publicada no Diário Oficial, é a da chefe de gabinete do MEC, outro cargo muito próximo do ministro. Quem ocupava o posto era Josie de Jesus, ex-funcionária do Centro Paula Souza, em São Paulo. Ela não ficou nem um mês no cargo: havia assumido em 11 de março.

Agora, foi nomeado para o seu lugar Marcos de Araújo, que já foi subcomandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal e professor da Academia dos Bombeiros de Brasília.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Senado aprova auxílio-creche para famílias de baixa renda

O Senado aprovou na noite dessa quarta-feira (2) um projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para autorizar municípios e o Distrito Federal a instituírem um "vale-creche" para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de até cinco anos em estabelecimentos de ensino públicos ou conveniados. O texto segue para votação na Câmara.

De acordo com o autor da proposta, senador José Serra (PSDB-SP), a iniciativa visa combater desigualdades. "Hoje, 34% das crianças de 0 a 3 anos mais pobres, não frequentam escola porque não há vagas em creches públicas próximas ao seu local de moradia ou ao local de trabalho dos seus pais", defendeu Serra. "Para os 20% de renda mais alta, desde logo, o percentual de crianças de 0 a 3 anos fora da escola é de apenas 6,9%. Ou seja, a criança de renda mais alta vai para a creche, e a de renda mais baixa não vai para a creche", justificou.

Se implementados, os vouchers deverão ser entregues a famílias beneficiárias do Bolsa Família. Os pais das crianças beneficiadas também não poderão receber auxílio-creche ou pré-escolar das empresas em que trabalham. O valor do auxílio será determinado pelo prefeito do município ou governador do DF, por decreto.

Para a manutenção do benefício, os responsáveis deverão comprovar mensalmente o pagamento da creche privada, por meio de recibos. A ajuda será concedida a no máximo três crianças por família, com ressalvas para os casos em que há gêmeos. Não terão direito ao benefício as famílias que retirarem os alunos de creches ou pré-escolas da rede pública ou que residirem próximas a unidades escolares públicas ou conveniadas com vagas.

Nos municípios com carência de vagas, passa a ser obrigatória a divulgação dos critérios adotados para a matrícula, assim como a lista de espera dos interessados, com ordem de classificação e o cronograma para as chamadas seguintes.

O texto aprovado regulamenta a forma como deve ser concedido o benefício, mas não destina recursos federais para sua implementação. Para ser instituído, o “vale-creche” dependerá da disponibilidade de recursos nos orçamentos das prefeituras, sem contar com as verbas já empregadas na educação básica pública. Na prática, isso significa que a criação do programa dependerá da atuação dos prefeitos. José Serra ressaltou que o Senado não poderia, mesmo que quisesse, aprovar uma destinação de recursos federais para a implementação do projeto. “Isso seria inconstitucional. Parlamentares não podem criar aumentos de gastos, mas podem sim criar programas que sejam um instrumento de pressão para que o executivo atenda a essa demanda”, disse.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Curso de Estatística da Ufes é o mais bem avaliado no Brasil, aponta avaliação do MEC

Curso obteve nota 5 na avaliação presencial (in loco) feita pelo Ministério da Educação. Nota máxima também foi dada para a Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

O curso de graduação de bacharelado em Estatística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) obteve nota 5 na avaliação presencial (in loco) feita pelo Ministério da Educação, na semana passada. Com isso, passou a ser o mais bem avaliado do Brasil, junto com o da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Na avaliação in loco anterior, realizada em 2015, a graduação em Estatística havia recebido nota 3, em uma escala de 1 a 5. Desde então, passou por uma reestruturação e aprovou um novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC), alinhado às diretrizes nacionais curriculares e às exigências da legislação.

Na avaliação realizada na semana passada, o curso obteve nota máxima em todos os critérios referentes ao corpo docente, além de ter sido bem avaliado em relação à infraestrutura e à organização didático-pedagógica.

Melhorias

O coordenador do curso de Estatística, professor Bartolomeu Zamprogno, afirmou que o resultado foi fruto de um empenho coletivo do corpo docente, dos servidores técnico-administrativos, dos estudantes e dos diversos setores da Ufes.

"Desde que assumi a coordenação, em 2016, fizemos várias atividades para alavancar o curso. Buscamos mostrar o que a estatística faz, por meio da Mostra de Profissões (foto) e da Semana de Estatística. Fizemos divulgação para os estudantes de Ensino Médio, órgãos públicos e empresas privadas. Buscamos melhorar a infraestrutura, ampliando os laboratórios e adquirindo novos computadores, além de investir na compra de livros e em acessibilidade, para atender a deficientes físicos. E, em diálogo com os professores, incorporamos à grade curricular o que há de mais atual em relação à estatística", relatou.

Além de obter a nota máxima em Estatística, o Centro de Ciências Exatas alcançou nota 4 em todas as demais graduações.

Para a coordenadora da Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin) da Ufes, professora Leila Massaroni, o resultado reflete o entendimento da importância da avaliação para o aprimoramento do ensino na Universidade.

"Queremos fortalecer a cultura de ter o processo de avaliação como instrumento de gestão, para subsidiar a melhoria dos cursos da Ufes, atendendo aos critérios estabelecidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e pelo MEC", afirmou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Evasão de alunos em cursos sobe pelo 3º ano seguido e Unicamp planeja ações para reduzir índice

Relatório diz que 1.355 saíram de carreiras da graduação em 2018 e total chega a 12,5 mil desde 2009. Pró-reitora defende apoio, cita transferências internas e diz que perda não é institucional.

A evasão de alunos em cursos de graduação da Unicamp aumentou pelo terceiro ano seguido em 2018, segundo dados fornecidos pela universidade ao G1 por meio da Lei de Acesso à Informação. O total chega a 1.355, o maior número registrado na série desde 2009, e as carreiras que mais tiveram saídas de alunos no período foram ciências sociais, licenciatura em matemática e física.

Em dez anos, a quantidade acumulada entre as opções oferecidas nos três campi corresponde a 12,5 mil. A Pró-Reitoria de Graduação, em contrapartida, planeja realizar um levantamento até o próximo ano com a expectativa de, posteriormente, alcançar redução estimada em 10% no índice verificado; e diz que a ação inclui análises sobre currículos e ambientes onde estão os estudantes.

A instituição garante que os números não refletem perda institucional ou do ensino superior, uma vez que transferências entre cursos da própria universidade e a taxa é menor do que as verificadas em instituições públicas federais ou particulares. Além disso, a professora Eliana Martorano Amaral pondera que uma das características das gerações mais recentes é a busca por mudanças.

A evasão subiu 13,5% no comparativo com 2009 - veja abaixo gráfico com evolução no período. Atualmente, a Unicamp tem quase 20 mil alunos matriculados em 70 cursos de graduação.

Evasão nos cursos de graduação na Unicamp

Quantidade aumentou 13,5% entre 2009 e 2018.

Quantidade de

alunos 1.193 1.193 1.144 1.144 1.252 1.252 1.278 1.278 1.334 1.334 1.293 1.293 1.113 1.113 1.255 1.255 1.351 1.351 1.355 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019

2013

1.334

Fonte: Unicamp

"Existe um componente que tem a ver com a nova geração, que é de mais busca e de menos certeza do que quer fazer. Então, nós temos estudantes que simplesmente não

renovam a sua matrícula e as razões de não renovação podem estar na decisão de que esse não é o curso que eu quero fazer. Não é incomum hoje para essa geração esse tipo de movimento", explica.

A pró-reitora coloca a "dificuldade de desempenho" como um segundo fator de explicação sobre os desligamentos nos cursos. "A Unicamp tem uma regra que limita e faz projeção se o aluno tem condição de concluir ou não o curso, pelo seu desempenho, e a partir daí ele é informado através de documentação da diretoria acadêmica que ele está com dificuldade. Alguns deles, a partir daí, decidem evadir e procurar outro curso ou instituição", explica. Segundo Eliana, o regimento interno prevê que o estudante pode finalizar a graduação com acréscimo de até 50% no tempo previsto.

Ao ponderar sobre a característica de mudança nas gerações mais recentes, a docente diz que a universidade registra uma série de casos em que o aluno opta por mudar de curso dentro da própria Unicamp - seja por ter feito disciplinas obrigatórias ou por novamente encarar as provas do vestibular. Entretanto, cada mudança significa a evasão para uma carreira oferecida pela instituição.

Unicamp registrou aumento na evasão de alunos em cursos da graduação

Unicamp registrou aumento na evasão de alunos em cursos da graduação

"É uma evasão por cursos e não da instituição [...] A gente não tem números firmes para saber, por exemplo, a evasão do número superior. Isto é, eventualmente ele saiu da Unicamp por algum motivo, mas resolveu ir para outra instituição e se gradua. Não estamos dizendo que ele saiu da universidade, de que o tempo que ele ficou aqui foi perdido...Não temos essa informação."

Ao longo do período avaliado, a Unicamp não registrou aumento expressivo em número de vagas abertas, embora tenha adotado medidas que visam elevar a inclusão social - a última vez em que isso ocorreu foi entre 2008 e 2009, quando o total passou de 2.830 para 3.310. Já na edição mais recente do processo seletivo a universidade estadual disponibilizou 3.340 cadeiras para 70 cursos.

Incentivos da universidade

Outro ponto abordado por Eliana em entrevista ao G1 são os incentivos concedidos pela Unicamp aos estudantes de baixa renda. Ela defendeu as medidas para garantir moradia e alimentação.

"A Unicamp disponibiliza cerca de R\$ 35 milhões do orçamento para bolsas em geral e o aluno também tem acesso muito grande às bolsas de pesquisa da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa no estado] e CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]", destaca ao falar sobre "facilidade" gerada por causa do conceito da universidade neste campo.

De acordo com a pró-reitora, entre 60% 70% dos alunos da instituição conseguem algum tipo de bolsa, mesmo "sem dificuldade social". Já sobre moradia, ela diz que o número atende à demanda.

"Nenhuma universidade tem 911 vagas oficiais [...] e ano passado terminamos com 200 liberadas. Estudantes veteranos, ao invés de optarem pela moradia, estão escolhendo a

bolsa-moradia. A Unicamp tem mais 1,7 mil bolsas [...] é uma complementação financeira. Com isso, a gente consegue atender a todos os estudantes que tenham, em princípio, renda per capita de até um 1,5 salário mínimo. Alegar falta de moradia não se configura na demanda que nos chega oficialmente", frisou ao lembrar que a Unicamp inclui uma faixa de isenção nos restaurantes universitários.

Estudantes durante a 2ª fase do vestibular 2019 da Unicamp — Foto: Antoninho Perri / Unicamp
Estudantes durante a 2ª fase do vestibular 2019 da Unicamp — Foto: Antoninho Perri / Unicamp

Estudantes durante a 2ª fase do vestibular 2019 da Unicamp — Foto: Antoninho Perri / Unicamp

A pró-reitora também lembrou que há bolsas sociais, incentivos para que alunos atuem em projetos nas comunidades e iniciativas em que a Unicamp busca parceiros externos.

Evasões na década

Os três cursos com mais abstenções no ano passado também concentram os maiores índices ao longo ao longo da década. Confira o total por curso em 2017, 2018 e o acumulado desde 2009.

Evadidos dos cursos de graduação na Unicamp

Curso Total de evadidos em 2018 Evadidos entre 2009-2018

Administração	48 143
Administração Pública	23 74
Arquitetura e Urbanismo	05 57
Artes Cênicas	02 24
Artes Visuais	04 69
Ciência da Computação	22 247
Ciências Biológicas	19 152
Ciências Econômicas	25 242
Ciências Sociais	102 880
Ciências da Terra	00 13
Ciências do Esporte	17 139
Comunicação Social - Midialogia	05 36
Dança	08 82
Educação Física	44 440
Enfermagem	20 123
Engenharia Agrícola	40 381
Engenharia Ambiental	18 68
Engenharia Civil	37 149
Engenharia Elétrica	37 281
Engenharia Física	00 02
Engenharia Mecânica	31 241
Engenharia Química	24 176
Engenharia de Alimentos	42 359
Engenharia de Computação	41 316
Engenharia de Controle e Automação	25 169
Engenharia de Manufatura	21 146
Engenharia de Produção	16 78

CLIPPING



Engenharia de Telecomunicações 24 74

Estatística 34 427

Estudos Literários 10 71

Farmácia 06 60

Filosofia 26 222

Fonoaudiologia 01 47

Física 54 446

Geografia 33 238

Geologia 07 70

Gestão de Comércio Internacional 04 51

Gestão de Empresas 05 61

Gestão de Políticas Públicas 05 135

Gestão do Agronegócio 05 128

História 11 117

Licenciatura Integrada Química/Física 44 345

Licenciatura em Ciências Biológicas 11 87

Licenciatura em Física 44 416

Licenciatura em Letras - Português 28 209

Licenciatura em Matemática 59 527

Linguística 15 143

Matemática 14 177

Matemática / F/ M.A. Computacional 21 434

Matemática Aplicada e Computacional 16 225

Medicina 01 13

Música 16 163

Nutrição 05 65

Odontologia 06 64

Pedagogia 26 249

Química 33 375

Química Tecnológica 22 199

Sistemas de Informação 12 41

Curso Superior T. e A.D. Sistemas 21 199

Curso Superior T. e C. Edifícios 29 169

Curso Superior T. e S. Ambiental 31 315

Curso Superior de Tecnologia Sanitária 00 01

Superior Tec. Sistemas Telecomunicações 00 181

Superior Tec. Análise e Desenv. Sistemas 00 132

Superior Tec. em Estradas 00 41

Superior Tec. em Saneamento Ambiental 00 37

Superior Tec. da Construção Civil 00 169

Superior de Tec. em Saneamento Ambiental 00 222

Superior de Tec. da Construção Civil 00 73

Superior de Tecnologia Ambiental 00 63

Total 1.355 12.568

Fonte: Diretoria Geral de Recursos Humanos da Unicamp

Reflexos e busca por ações

De acordo com a universidade, os índices de evasão por curso refletem demandas de mercado em alguns casos, e o fato de que parte dos alunos opta por cursos menos

concorridos no vestibular como uma estratégia de ingresso na universidade e de "testar" a área pretendida.

Para Eliana, os números da Unicamp são positivos quando comparados aos de outras universidades. Além disso, destaca que a taxa é relativamente alta no mundo todo.

"Não existe um número de referência, porque depende do número de matriculados, vagas e outras coisas. Sabemos que a taxa de evasão no ensino privado é muito maior do que no público, e dentro dele as estaduais são muito menores do que federais. As taxas de evasão na Unicamp são muito baixas comparativamente porque no mundo inteiro se sabe que ela existe por causa de elementos que não têm a ver com a instituição."

Segundo a pró-reitora, a Unicamp trabalha em um projeto estratégico para acompanhar os índices e propor ações. Entre elas, explica, estão a valorização do conceito da permanência no ensino superior, por meio de apoio social e análises sobre currículos e ambientes dos alunos.

"Temos certeza de que nosso apoio é muito amplo, estamos trabalhando em rever todos os currículos para 2020 e para melhorar o ambiente, inclusive com suporte psicológico, ofertas de atividades culturais, físicas, mais próxima ao bem-estar do estudante", destaca Eliana.

De acordo com ela, a Unicamp também planeja fazer entre este ano e o próximo um estudo sobre o que aconteceu com os egressos dos últimos cinco anos, pelo menos, por meio de plataforma de encontro. "Queremos saber o que estão fazendo, o que contribuímos, quais as sugestões. Essa avaliação do egresso, e também de quem não foi egresso, mas saiu da universidade por outras causas", falou ao destacar sobre a importância de verificar reflexos do mercado de trabalho.

Formados na década

Embora seja o curso com mais evadidos, ciências sociais também é o que detém maior número de formados entre 2009 e o ano passado. Na sequência estão engenharia mecânica e medicina.

A quantidade total de formados ao longo da década corresponde a 24,4 mil, segundo a Unicamp. Já a carreira que teve mais alunos formados ao longo de 2018 foi a de administração, diz o relatório.

Meta

A pró-reitora foi categórica ao mencionar que a meta da universidade é reduzir o índice de evasão.

"Sou médica de formação e qualquer aluno evadido eu sinto que é um paciente perdido. A meta é reduzir sim, mas quanto vamos conseguir não dá para ter a previsão por causa dos determinantes que precisam ser estudados. Acredito que a gente consegue reduzir pelo menos 10%", falou a docente sem, contudo, estipular prazo para alcançar este percentual.

CLIPPING



Formados em cursos de graduação na Unicamp
Curso Total de formados em 2018 Formados entre 2009-2018

Administração	185 496
Administração Pública	31 36
Arquitetura e Urbanismo	34 248
Artes Cênicas	25 215
Artes Visuais	39 333
Ciência da Computação	45 390
Ciências Biológicas	67 530
Ciências Econômicas	85 861
Ciências Sociais	133 1.238
Ciências do Esporte	49 229
Comunicação Social - Midialogia	28 266
Dança	33 326
Educação Física	78 994
Enfermagem	33 345
Engenharia Agrícola	40 414
Engenharia Ambiental	21 21
Engenharia Civil	91 729
Engenharia Elétrica	81 797
Engenharia Física	08 12
Engenharia Mecânica	150 1.168
Engenharia Química	108 845
Engenharia de Alimentos	111 916
Engenharia de Computação	83 669
Engenharia de Controle e Automação	28 342
Engenharia de Manufatura	48 185
Engenharia de Produção	63 295
Engenharia de Telecomunicações	09 12
Estatística	54 379
Estudos Literários	16 158
Farmácia	35 325
Filosofia	18 232
Fonoaudiologia	30 260
Física	40 463
Geografia	50 464
Geologia	25 226
Gestão de Comércio Internacional	24 263
Gestão de Empresas	16 266
Gestão de Políticas Públicas	14 180
Gestão do Agronegócio	24 173
História	46 426
Licenciatura Integrada Química/Física	11 78
Licenciatura em Ciências Biológicas	28 373
Licenciatura em Física	08 109
Licenciatura em Letras - Português	41 494
Licenciatura em Matemática	20 242
Linguística	15 148
Matemática	22 141

Matemática Aplicada e Computacional	11 180
Medicina	126 1.072
Música	63 612
Nutrição	59 302
Odontologia	65 662
Pedagogia	96 740
Química	56 575
Química Tecnológica	30 286
Sistemas de Informação	35 63
Curso Superior T. e A.D. Sistemas	26 353
Curso Superior T. e C. Edifícios	24 140
Curso Superior T. e S. Ambiental	14 287
Superior Tec. Sistemas Telecomunicações (sem dados indicados)	139
Superior Tec. Análise e Des. Sistemas	01 158
Superior Tecn. em Estradas	02 23
Superior Tecn. em Saneamento Ambiental	03 38
Superior Tecn. da Construção Civil	01 210
Superior de Tecn. em Saneamento Ambiental (sem dados indicados)	280
Total	2.855 24.432

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

‘Educação pode mudar o mundo’, diz professor que sofreu Bullying em sala de aula

Situações envolvendo alguns alunos ocorreram há três semanas em escola municipal de Santarém. Erlison Albuquerque tem problema congênito nos braços.

G1 Santarém — Pará

A educação pode romper barreiras e é instrumento para a construção de uma sociedade mais inclusiva. É desta forma que o professor de matemática Erlison Albuquerque, de 38 anos, define o seu trabalho como educador.

Trabalhando na área educacional há 13 anos, ele foi vítima de Bullying cometido por alguns alunos em sala de aula por ter deficiência nos braços – problema congênito conhecido como redução dos membros superiores.

As situações desconfortantes ocorreram há cerca de três semanas por alunos do ensino fundamental da Escola Municipal Ubaldo Corrêa, em Santarém, no oeste do Pará.

Erlison diz que nunca tinha passado por situações similares durante a vida profissional. Entretanto, o professor passou a perceber que alguns alunos estavam imitando gestos e riam das limitações físicas. “Na primeira vez eu chamei a direção, expliquei a situação. Achei que fosse resolver”, disse.

Com o passar dos dias e com as cenas se repetindo, Erlison contou ao G1 que ficou abalado, pois percebeu que era em relação a deficiência. “A gente se sente angustiado, se sente mal, é terrível. Eu me senti péssimo, não conseguia comer. Somos seres humanos, sentimos as coisas”, contou.

Novamente o caso foi levado à direção escolar e os alunos envolvidos vão passar por medidas socioeducativas. Um Boletim de Ocorrência também foi registrado para respaldo.

Uma reunião realizada com pais, alunos, corpo técnico e representantes da Associação de Deficientes Físicos de Santarém (Adefis), tratou o tema sobre respeito às diferenças, inclusão e combate ao preconceito. Os pais e alunos envolvidos pediram perdão ao professor.

‘Educação pode mudar o mundo’

Erlison luta diariamente vencendo os obstáculos. Para ele, as formas de preconceito se dão pela falta de conhecimento de vida, da realidade das outras pessoas, e a melhor maneira de pôr fim a essa realidade é através da educação.

“Eu, como educador, tenho que combater de frente, não posso deixar me abater, e tenho que solucionar o problema para que os jovens construam um mundo melhor. Somos todos diferentes. A educação pode mudar o mundo, e esse é meu trabalho”, ressaltou.

As mensagens de apoio estão sendo inúmeras e Erlison se sente muito feliz com as conquistas que já teve na vida, inclusive em relação aos amigos, professores, família e alunos em formação e ex-alunos formados.

Projeto na escola

A Adefis vai implantar na unidade educacional um projeto que vai levar à escola pessoas com deficiência para que eles contem as experiências de vida, como superar barreiras e alçar grandes voos. E, principalmente, como acabar com toda forma de preconceito às diferenças.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Comissão que avalia pertinência de questões do Enem conclui trabalho e não divulga resultado; MPF pede esclarecimentos

De acordo com o Inep, o trabalho é sigiloso. MPF dá prazo de cinco dias para Inep apresentar a conclusão da comissão.

A comissão criada em março para fazer uma "leitura transversal" das questões que compõem o Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e "verificar a pertinência com a realidade social" concluiu o trabalho dentro do prazo estabelecido, mas o resultado dos esforços não será divulgado devido "ao caráter sigiloso" do banco, informou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela prova.

Nesta quarta (3), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Inep acesso à conclusão da comissão e deu prazo de até cinco dias para a resposta.

A procuradoria já havia considerado o propósito da leitura "extremamente vago" e citou uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre "abuso de poder", na qual afirmava que "o Estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar".

No ano passado, Jair Bolsonaro criticou uma das perguntas do exame e chegou a

declarar que tomaria conhecimento antes da prova.

O Inep informou que nenhuma questão será descartada já que o processo de elaboração é "longo e oneroso". Ainda de acordo com o Inep, as questões consideradas "dissonantes" seriam "separadas para posterior adequação, testagem e utilização, se for o caso".

O G1 questionou o Inep nesta quarta sobre quantas questões foram consideradas "dissonantes" e foram "separadas", mas estas perguntas não foram respondidas.

Na segunda-feira (1º), a gráfica RR Donnelley, responsável pela impressão das provas desde 2009 e que também iria imprimir a edição deste ano, entrou com pedido de falência. O Inep disse que avalia alternativas seguras para imprimir prova do Enem a tempo da edição de 2019.

Comissão

A comissão foi composta por três pessoas:

Marco Antônio Barroso Faria (secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC);
Antonio Maurício Castanheira das Neves (diretor de estudos educacionais do Inep);
Gilberto Callado de Oliveira (procurador de justiça de Santa Catarina, representante da sociedade civil).

Eles tiveram dez dias para concluir a avaliação e emitir uma recomendação sobre o uso ou não dos itens na montagem do exame. A previsão era de que, depois, o diretor da Avaliação Básica faria outro parecer sobre as considerações da comissão e que a decisão final ficaria a cargo do presidente do Inep. No entanto, as duas funções estão vagas no Ministério da Educação (MEC).

Críticas ao Enem

Em 2018, Jair Bolsonaro criticou uma questão de linguagens do Enem que falava sobre o pajubá, um conjunto de expressões associadas aos gays e travestis e disse que iria "tomar conhecimento da prova antes".

Bolsonaro critica questão do Enem e diz que em 2019 vai tomar conhecimento da prova antes

Veja resolução de questão do Enem que aborda status do pajubá como dialeto secreto dos gays e travestis

Como é feita a prova do Enem

O Enem é realizado desde 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia do Ministério da Educação. Em 2009, o Enem se transformou em um exame para ser usado como acesso ao ensino superior.

O exame usa uma metodologia diferente dos vestibulares tradicionais e, por isso, as questões não são todas elaboradas por uma mesma equipe: são retiradas de um banco de itens com milhares de questões já feitas durante vários anos por muitos professores.

Todas as questões precisam exigir pelo menos uma das habilidades que constam na matriz de referência do Enem – trata-se do "currículo" de conteúdos que podem cair na prova.

Cada item representa o conjunto da questão e de todas as informações sobre essa questão, como, por exemplo, a habilidade que ela exige e o nível de dificuldade.

Segundo o Inep, a elaboração de uma única questão do Enem passa por um processo com dez etapas diferentes, que pode levar mais de um ano. Essas etapas incluem:

A contratação e capacitação de professores para elaborarem as questões

Pelo menos duas revisões da questão por especialistas

O "pré-teste" das questões em uma amostra de estudantes com o perfil dos candidatos do Enem

Uma análise pedagógica para definir se a questão pode finalmente ser incluída no Banco Nacional de Itens (BNI)

Uma vez no BNI, a questão fica à disposição para ser usada em alguma edição do Enem. Na hora da montagem da prova, a pequena equipe de servidores do Inep que faz o trabalho de seleção das questões precisa escolher 45 itens de cada prova objetiva seguindo um equilíbrio entre a pedagogia – já que a prova precisa avaliar uma grande quantidade de conhecimentos – e a estatística – na medida em que o exame também precisa ter um número similar de questões fáceis, médias e difíceis para poder selecionar adequadamente os candidatos.

Todos os anos, uma pequena equipe de servidores do Inep monta três versões das quatro provas objetivas: duas delas são aplicadas todos os anos, na edição regular e no Enem PPL, para pessoas privadas de liberdade. Uma terceira fica como “reserva”, para o caso de algum imprevisto ou emergência.

topo 

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

Assessor do MEC é demitido e amplia enfraquecimento de Vélez

Nova baixa na pasta, Bruno Garschagen é muito ligado a Olavo de Carvalho.

Ainda não foi nomeado ninguém para substituí-lo

Mais mudanças hoje no Ministério da Educação (MEC) demonstram o enfraquecimento do ministro Ricardo Vélez Rodríguez. A Casa Civil exonerou um de seus principais assessores Bruno Garschagen, que era responsável pela comunicação e contato com a imprensa. Garschagen é jornalista e muito ligado a Olavo de Carvalho. É autor de um livro intitulado Pare de Acreditar no Governo. Os agradecimentos iniciais incluem o guru dos bolsonaristas “pela amizade” e o atual ministro “pelas preciosas observações e sugestões”.

As informações foram publicadas na manhã desta quinta-feira (4/4) no Blog Renata Cafardo. Garschagen, segundo a reportagem apurou, foi um dos assessores que participaram da decisão de mandar às escolas a carta do ministro com slogan da campanha de Jair Bolsonaro e com pedido para que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional.

Seu livro pretende discutir a razão de os brasileiros odiarem os políticos, mas acharem

“que cabe ao governo resolver os problemas sociais, políticos econômicos”. Ainda não foi nomeado ninguém para substituí-lo.

Para a chefia de gabinete do MEC, outro cargo muito próximo do ministro, foi nomeado mais um militar. Marcos de Araújo foi subcomandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal e professor da Academia dos Bombeiros de Brasília. Quem estava no cargo era Josie de Jesus, ex-funcionária do Centro Paula Souza, em São Paulo.

Nessa quarta-feira (3), em entrevista ao Valor Econômico, Vélz afirmou que não houve golpe militar em 1964 e que os livros didáticos teriam que incorporar essa visão. Depois da repercussão negativa, ele foi ao Twitter dizer que a ideia era “trazer uma visão mais ampla da história” depois de “passar por uma bancada de cientistas”.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril

Estudantes que têm dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão solicitar a renegociação dos valores devidos entre os dias 29 de abril a 29 de julho. O prazo foi divulgado hoje (3), em portaria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução do programa.

As regras para a renegociação foram divulgadas no ano passado. Podem ser renegociados os contratos com atraso no pagamento de pelo menos 90 dias e que ainda estiverem no período de amortização e não tenham sido alvo de ação judicial pelo agente financeiro. A medida vale para os contratos de financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017.

Os contratantes do Fies terão duas opções: o parcelamento, que permite estender o prazo de pagamento da dívida para até 48 parcelas mensais, além de incluir os estudantes com contratos mais antigos na campanha de renegociação; e o reescalonamento, que possibilita diluir os valores em atraso nas parcelas a vencer.

Para isso, deverá ser paga uma parcela de entrada, em espécie, correspondente ao maior valor entre 10% do valor consolidado da dívida vencida e R\$ 1 mil. O valor da parcela mensal de amortização resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200, mesmo que implique a redução do prazo remanescente contratual.

O estudante financiado interessado em renegociar a dívida com o Fies deverá apresentar-se na agência bancária onde firmou o contrato, com um ou mais fiadores, cuja renda não poderá ser menor do que o dobro do valor da nova prestação calculada, respeitando o tipo de garantia contratada.

Fies

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O programa foi reformulado em 2017 e, a partir de 2018, passou a ofertar financiamentos em duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

A segunda é a denominada P-Fies, destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes.

Neste ano, o Fies oferece 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies, de acordo com o MEC.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril

Da Agência Brasil

Estudantes que têm dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão solicitar a renegociação dos valores devidos entre os dias 29 de abril a 29 de julho. O prazo foi divulgado hoje (3), em portaria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução do programa.

As regras para a renegociação foram divulgadas no ano passado. Podem ser renegociados os contratos com atraso no pagamento de pelo menos 90 dias e que ainda estiverem no período de amortização e não tenham sido alvo de ação judicial pelo agente financeiro. A medida vale para os contratos de financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017.

Os contratantes do Fies terão duas opções: o parcelamento, que permite estender o prazo de pagamento da dívida para até 48 parcelas mensais, além de incluir os estudantes com contratos mais antigos na campanha de renegociação; e o reescalonamento, que possibilita diluir os valores em atraso nas parcelas a vencer.

Para isso, deverá ser paga uma parcela de entrada, em espécie, correspondente ao maior valor entre 10% do valor consolidado da dívida vencida e R\$ 1 mil. O valor da parcela mensal de amortização resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200, mesmo que implique a redução do prazo remanescente contratual.

O estudante financiado interessado em renegociar a dívida com o Fies deverá apresentar-se na agência bancária onde firmou o contrato, com um ou mais fiadores, cuja renda não poderá ser menor do que o dobro do valor da nova prestação calculada, respeitando o tipo de garantia contratada.

Fies

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O programa foi reformulado em 2017 e, a partir de 2018, passou a ofertar financiamentos em duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

A segunda é a denominada P-Fies, destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados

participantes.

Neste ano, o Fies oferece 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies, de acordo com o MEC.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Livros devem revisar referências à ditadura, diz Vélez

Em entrevista, ministro da Educação disse discordar que houve golpe em 1964 e ditadura

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração ocorreu em uma entrevista do ministro ao Valor Econômico, publicada na tarde desta quarta-feira, 3.

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional". Além disso, teria dito que o período que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam "progressivas", e devem ocorrer "na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história". Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é "regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história".

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

"O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa", disse Grangeiro. "A Abrali é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões."

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Livros devem revisar referências à ditadura, diz Vélez

Em entrevista, ministro da Educação disse discordar que houve golpe em 1964 e ditadura

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que haverá mudanças em livros didáticos para revisar a maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. A declaração ocorreu em uma entrevista do ministro ao Valor Econômico, publicada na tarde desta quarta-feira, 3.

Segundo o jornal, Vélez diz acreditar que a mudança de regime, há 55 anos, não foi um golpe, e sim uma "mudança de tipo institucional". Além disso, teria dito que o período

que seguiu a posse do general Castello Branco não seria ditadura, e sim um "regime democrático de força". A tese é refutada por historiadores que estudaram o período.

Vélez disse, segundo o Valor, que as mudanças em livros didáticos seriam "progressivas", e devem ocorrer "na medida em que seja resgatada uma versão mais ampla da história". Ele ainda teria dito que o papel do Ministério da Educação (MEC) é "regular a distribuição do livro didático e preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história".

Contatado para comentar as declarações do ministro, o MEC não respondeu à reportagem. A notícia repercutiu mal entre representantes de editoras e autores de livros didáticos.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, ressaltou que todos e qualquer livro didático deve, por regra, ser baseado em ampla consulta acadêmica, e não por opiniões.

"O que sempre deve nos guiar é o rigor acadêmico na produção dos materiais didáticos, para que os alunos tenham acesso a conteúdo pautado em pesquisa", disse Grangeiro. "A Abrali é contra qualquer tipo de revisionismo que seja baseado em opiniões."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Estudantes poderão renegociar dívida do Fies a partir de 29 de abril

Estudantes que têm dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão solicitar a renegociação dos valores devidos entre os dias 29 de abril a 29 de julho. O prazo foi divulgado hoje (3), em portaria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução do programa.

As regras para a renegociação foram divulgadas no ano passado. Podem ser renegociados os contratos com atraso no pagamento de pelo menos 90 dias e que ainda estiverem no período de amortização e não tenham sido alvo de ação judicial pelo agente financeiro. A medida vale para os contratos de financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017.

Os contratantes do Fies terão duas opções: o parcelamento, que permite estender o prazo de pagamento da dívida para até 48 parcelas mensais, além de incluir os estudantes com contratos mais antigos na campanha de renegociação; e o reescalonamento, que possibilita diluir os valores em atraso nas parcelas a vencer.

Para isso, deverá ser paga uma parcela de entrada, em espécie, correspondente ao maior valor entre 10% do valor consolidado da dívida vencida e R\$ 1 mil. O valor da parcela mensal de amortização resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200, mesmo que implique a redução do prazo remanescente contratual.

O estudante financiado interessado em renegociar a dívida com o Fies deverá apresentar-se na agência bancária onde firmou o contrato, com um ou mais fiadores, cuja renda não poderá ser menor do que o dobro do valor da nova prestação calculada, respeitando o tipo de garantia contratada.

Fies

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O programa foi reformulado em 2017 e, a partir de 2018, passou a ofertar financiamentos em duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

A segunda é a denominada P-Fies, destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar até cinco salários mínimos. A modalidade funciona com recursos dos fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes.

Neste ano, o Fies oferece 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies, de acordo com o MEC.

